

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ E UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO
INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E INSTITUTO DE HUMANIDADES
PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

MARIO MAGNO DE OLIVEIRA SILVA

**A EXPERIÊNCIA DE RESISTÊNCIA DAS MÃES DO CURIÓ:
UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL SOBRE MEMÓRIA, DIREITOS E JUSTIÇA**

REDENÇÃO - CE

2024



MARIO MAGNO DE OLIVEIRA SILVA

A EXPERIÊNCIA DE RESISTÊNCIA DAS MÃES DO CURIÓ:
UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL SOBRE MEMÓRIA, DIREITOS E JUSTIÇA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Ceará e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UFC/UNILAB), como requisito para obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Área de concentração: Antropologia.

Orientadora: Profa. Dra. Denise Ferreira da Costa Cruz.

REDENÇÃO - CE

2024

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Silva, Mario Magno de Oliveira.

S578e

A experiência de resistência das mães do Curió: uma análise interseccional sobre memória, direito e justiça / Mario Magno de Oliveira Silva. - Redenção, 2024.

113f: il.

Dissertação - Curso de Mestrado Acadêmico em Antropologia, Programa Associado em Antropologia, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2024.

Orientador: Prof^a Denise Ferreira da Costa Cruz.

1. Mães de vítimas de homicídio - Ceará - Estudo de casos. 2. Interseccionalidade (Sociologia). 3. Violência policial - Ceará. 4. Justiça. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 362.88098113

MARIO MAGNO DE OLIVEIRA SILVA

A EXPERIÊNCIA DE RESISTÊNCIA DAS MÃES DO CURIÓ:
UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL SOBRE MEMÓRIA, DIREITOS E JUSTIÇA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Ceará e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UFC/UNILAB), como requisito para obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Área de concentração: Antropologia.

Orientadora: Profa. Dra. Denise Ferreira da Costa Cruz.

Aprovada em: 09/08/2024.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Denise Ferreira da Costa Cruz (Orientadora)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Profa. Dra. Jânia Perla Diógenes de Aquino (Externa)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Violeta Maria de Siqueira Holanda (Interna)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Profa. Dra. Antônia Gabriela Pereira de Araújo (Externa)
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Às Mães e Familiares do Curió

AGRADECIMENTOS

Queria, primeiramente, agradecer aos meus ancestrais, que nos guiam cotidianamente e observam nossos passos.

Ao ventre que me teve, minha mãe, Maria de Jesus de Oliveira Silva; ao meu pai, Mario Almeida Silva.

Aos meus irmãos e minhas irmãs, Antônio Augusto, Francisca Juscelina, Mariana de Oliveira, Mario Junior, Mary Jusceane, Carmencyta de Oliveira e Paulo Phelype. Às sobrinhas e aos sobrinhos, e aos familiares que, apesar da distância, estão presentes também dentro do meu coração.

Quero agradecer às mães do Curió: Dona Suderli, Dona Edna, Dona Sílvia, Dona Maria de Jesus e Dona Ana, que foram generosas comigo, me ensinaram bastante nesse percurso e foram fundamentais para a pesquisa. Agradecer ao Cedeca, à Semana Cada Vida Importa, à Travessia e à Marcha da Periferia.

Em memória de Álef Cavalcante, Alisson Inácio, Jandson Alexandre, Jardel Lima dos Santos, José Gilvan Pinto Barbosa, Marcelo da Silva Mendes, Patrício João Pinho Leite, Pedro Alcântara Barroso, Renayson Girão da Silva, Francisco Enildo Pereira Chagas e Valmir Ferreira da Conceição.

Às minhas professoras e aos meus professores que me ajudaram no ensino fundamental, médio, graduação e pós-graduação; à Escola Professor Monteiro de Morais, ao João Nogueira Jucá e à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e à Universidade Federal do Ceará (UFC), que me ajudaram na minha formação enquanto ser humano e que me abriram portas para mais oportunidades.

Ao meu território, o bairro da Sapiranga, a favela do Muro Alto, do qual durante muito tempo tive vergonha, mas do qual hoje tenho orgulho de ver filhos e filhas também alçando voos mais altos.

Ao movimento estudantil, que ajudou a me rebelar contra as injustiças e a lutar por melhorias no nosso dia a dia, em especial ao Movimento Kizomba. Agradeço à Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) pelo aprendizado nas lutas do movimento de Pós, em especial a Ana Priscila, Amanda Mendes, João

Pedro e Matheus Albino. Ao Movimento Negro, ao Coletivo Enegrecer e ao Movimento Negro Unificado (MNU), que fortalecem a minha identidade racial. Ao Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras (PT) e à Democracia Socialista, que ajudam na minha formação enquanto sujeito revolucionário.

Aos meus amigos e colegas de turma, Aparecida Estanislau, Helenita Maria, Dary Bezerra, Tatiana Dourado, Lívia Teixeira, Tânia Vasconcelos, Felipe de Paula e José Cleber, que estiveram lado a lado neste mestrado, vivenciando coletivamente os desafios que são aprender e construir antropologia no Ceará.

Quero agradecer, em especial, a Jeovane Ferreira, Caio Portela, Mariana Lacerda, Samara Andrade e Sue Cassimiro; ao PET de Humanidades e Letras e ao Cursinho Todes Sociologia, que contribuíram para a pesquisa e para o meu aprimoramento até a chegada ao mestrado.

Aos amigos e às amigas que fizeram e fazem parte da minha trajetória: Camila Torres, Rita Alencar, Lucas Matheus, Giza Gertrudes, Sábado Gomes, Teodora Tavares, Roberta Kaya, Anderson Carvalho, Caroline Lacerda, Paulo Ferreira, Paula Vieira, Ana Jéssica, Emelly Bianca, Luana Angelo, Renata Freire, André Marinho, Carlos Souza, La Belle Clarindo, Lya Nogueira, e tantas outras inspirações, que trouxeram risadas, companheirismo, alegrias e, principalmente, resistência para que tenhamos dias melhores neste mundo.

Queria agradecer ao Presidente Lula, à Dilma, à Luizianne, ao Elmano, ao Catanho e a todos que lutam por dias melhores. Às Marielles, à Angela Davis, às Carolinas Marias de Jesus e aos Karl Marx que resistiram e resistem a esse sistema.

Quero agradecer a Jania Aquino por ter se disponibilizado a participar da banca e contribuir com um olhar estruturante para a minha pesquisa.

Agradecer a Vera Rodrigues, que sempre é um acontecimento na vida de um estudante, que se preocupa com o propósito da pesquisa e com o legado que iremos deixar.

Agradeço a Violeta Holanda pela parceria em diversos projetos e ações, por ser uma inspiração e por sempre exalar sabedoria para o aprimoramento da pesquisa.

Agradecer a Antônia Gabriela, que se disponibilizou a estar conosco e a contribuir para a melhoria da pesquisa.

Agradeço à minha orientadora, Denise da Costa, que conduziu esta orientação com muita tranquilidade — às vezes com mais leveza e, outras, com mais preocupação. Foi uma parceira do início ao fim, e espero levar essa relação para a vida.

Agradecer ao Programa Associado em Antropologia e aos docentes Luis Tomás Domingos, Lea Carvalho Rodrigues, Carla Susana Alem Abrantes, Kleyton Rattes, Rafael Antunes Almeida, Rhuan Carlos dos Santos Lopes, Jacqueline Britto Pólvora, Antonio George Lopes Paulino, Martinho Tota Filho Rocha de Araújo, Kleber Saraiva, Isabelle Braz Peixoto da Silva e Mariana Mont'Alverne Barreto.

Por fim, gostaria muito de poder agradecer e lembrar de todo mundo, mas encerro meus agradecimentos com o desejo de que possamos construir cada vez mais pontes de saberes intelectuais, culturais e societários, que fortaleçam ainda mais a luta por um mundo mais justo e igualitário.

“A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta.”

Conceição Evaristo

RESUMO

A presente dissertação analisou a experiência de resistência do movimento de Mães e Familiares do Curió, que é liderado por mães que perderam seus filhos vítimas da letalidade da ação policial, sendo essa uma das maiores chacinas ocorridas em território cearense. Este trabalho é realizado a partir de uma reflexão sobre as relações de gênero, raça e classe presentes no fenômeno estudado. A partir das inspirações teórico-metodológicas, a pesquisa consolida-se na revisão bibliográfica, observação participante e trabalho de campo, através de entrevistas semiestruturadas. Torna-se imprescindível ampliar os estudos sobre as percepções de mães e familiares vítimas de violência do Estado, com base em uma visão interseccional da luta e resistência e de suas trajetórias, contribuindo para o fortalecimento das reivindicações por memória, direitos e justiça. Apesar dos diversos casos de violação de direitos no Estado, ainda há a necessidade de reflexão e visibilidade sobre essas formas de resistências e da reinvenção das lutas políticas sociais, uma vez que essas vozes são inovadoras na prática da organização política e nas lutas interseccionais.

Palavras-chave: Mães do Curió; gênero, raça e classe; memória, direito e justiça.

ABSTRACT

This dissertation analyzed the resistance experience of the *Mães e Familiares do Curió* movement, which is led by mothers who lost their sons to lethal police action, one of the largest massacres in Ceará. This work is based on a reflection on the gender, race and class relations present in the phenomenon studied. Based on theoretical and methodological inspirations, the research is consolidated in a bibliographical review, participant observation and fieldwork, through semi-structured interviews. It is essential to expand studies on the perceptions of mothers and family members who have been victims of state violence, based on an intersectional view of the struggle and resistance and their trajectories, helping to strengthen demands for memory, rights and justice. Despite the many cases of rights violations in the state, there is still a need for reflection and visibility on these forms of resistance and the reinvention of social political struggles, since these voices are innovative in the practice of political organization and intersectional struggles.

Keywords: *Mães do Curió*; gender, race and class; memory, law and justice.

RESUMEN

Esta disertación analizó la experiencia de resistencia del movimiento de *Mães e Familiares do Curió*, liderado por madres que perdieron a sus hijos en una acción policial letal, una de las mayores masacres de Ceará. Este trabajo parte de una reflexión sobre las relaciones de género, raza y clase presentes en el fenómeno estudiado. A partir de inspiraciones teóricas y metodológicas, la investigación se consolida en una revisión bibliográfica, observación participante y trabajo de campo, a través de entrevistas semiestructuradas. Es fundamental ampliar los estudios sobre las percepciones de las madres y familiares víctimas de la violencia estatal, a partir de una visión interseccional de la lucha y la resistencia y sus trayectorias, contribuyendo a fortalecer las demandas de memoria, derechos y justicia. A pesar de los numerosos casos de violaciones de derechos en el Estado, aún es necesario reflexionar y visibilizar estas formas de resistencia y reinención de las luchas políticas sociales, ya que estas voces son innovadoras en la práctica de la organización política y las luchas interseccionales.

Palabras clave: *Mães do Curió*; género, raza y clase; memoria, derecho y justicia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Marcha da Periferia 2015, Serrinha - Fortaleza (CE)	28
Figura 2 – Orientação com a Profa. Dra. Denise da Costa na UNILAB, em 2023	32
Figura 3 – Travessia, 2º dia – V Encontro Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo de Estado	34
Figura 4 – Travessia, 4º dia – V Encontro Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo de Estado	35
Figura 5 – Marcha da Periferia, 2018	35
Figura 6 – Semana Cada Vida Importa 2022 (1)	36
Figura 7 – Semana Cada Vida Importa 2022 (2)	36
Figura 8 – Semana Cada Vida Importa 2022, Centro Cultural do Bom Jardim (CCBJ)	37
Figura 9 – Diálogo com o Governo do Estado do Ceará	37
Figura 10 – Júri do Curió	38
Figura 11 – 11 do Curió	38
Figura 12 – Vigília em apoio às vítimas e familiares da Chacina do Curió	39
Figura 13 – Júri do Curió 2023, Fórum Clóvis Beviláqua	39
Figura 14 – Vigília do Júri do Curió 2023, Fórum Clóvis Beviláqua	40
Figura 15 – Presença do Movimento Negro Unificado (MNU) acompanhando o Júri do Curió 2023, Fórum Clóvis Beviláqua	40
Figura 16 – Dia da Beleza - Mães do Curió	41
Figura 17 – Construção do Plano Juventude Negra Viva no Ceará, 2023	53
Figura 18 – Maria Suderli Pereira de Lima	71

Figura 19 – Com Dona Suderli	72
Figura 20 – <i>Banners</i> de Dona Edna Carla Souza Cavalcante, em memória do filho Álef Souza Cavalcante e pelo 3º Encontro da Beleza das Mães do Curió	76
Figura 21 – Com Dona Sílvia Helena Pereira de Lima	81
Figura 22 – Confraternização com as Mães do Curió	82
Figura 23 – Com Dona Maria de Jesus	86
Figura 24 – Confraternização com as Mães do Curió (2)	86
Figura 25 – Confraternização com as Mães do Curió (3)	87
Figura 26 – Imagem do Júri do Curió	89
Figura 27 – Detalhes da Ação Penal	89

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Encontros Nacionais de Mães e Familiares Vítimas do Terrorismo de Estado

65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ADPF	Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental
BA	Bahia
Cedeca	Centro de Defesa das Crianças e Adolescentes do Ceará
Covid-19	Coronavírus
DPT	Departamento de Polícia Técnica
ES	Espírito Santo
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FSPC	Fórum Popular de Segurança Pública do Ceará
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
Ipea	Pesquisa Econômica Aplicada
MDIP	Mortes em Decorrencia de Intervenções Policiais
MNU	Movimento Negro Unificado
MPE	Ministério Público Estadual
MVCI	Mortes Violentas com Causa Indeterminada
PE	Pernambuco
PMs	policiais militares
PPDDH	Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos
PPGA	Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia
RBA	Reunião Brasileira de Antropologia
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SP	São Paulo
STF	Supremo Tribunal Federal
TCCs	Trabalhos de Conclusão de Curso
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo Baiano
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	21
1.1	Meu papel na pesquisa	26
1.2	Perspectiva metodológica	28
1.3	Materiais e fontes de pesquisa	29
1.4	Diário de Bordo	29
1.5	Entrevistas semiestruturadas	33
1.6	Registro de Eventos e Atividades	33
1.7	Documentos e livros	41
1.8	Jornais e divulgação da luta	41
1.9	Estrutura do trabalho	42
2	VIDAS NEGRAS IMPORTAM	43
2.1	Governança	46
2.2	Que cidade é essa?	51
3	UMA CAI E A OUTRA LEVANTA: TRAJETÓRIAS DO MOVIMENTO DE MÃES	54
3.1	Mães na luta por memória na América	54
3.2	Chacinas no Brasil: policiamento e disputa territorial	57
3.3	Movimento Organizado	64
4	MÃES DO CURIÓ: memórias, direitos e justiça	66
4.1	“Nossa jornada agora que começou”	68
4.2	“Eu tenho experiência de vida!”	72
4.3	“E eu acordei naquele momento para a realidade da vida”	76
4.4	“Eu me encontrei junto com as mães”	
4.5	O Júri do Curió	87
5	SOU MÃE E DA PERIFERIA: INTERSECÇÕES NA LUTA	91

6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
	REFERÊNCIAS	104
	APÊNDICES	112
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	111
	ANEXOS	113
	ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO E NITIDEZ DA PESQUISA	113

1 INTRODUÇÃO

Não imaginei que o sonho que tínhamos para meu filho ia ser interrompido pela própria polícia, destruído pela polícia (...). Porque a gente sabe que na nossa sociedade, se você nasceu pobre, já nasceu marcado para morrer, já nasceu na guilhotina, porque é pobre, é negro, mora na periferia. A gente tem que lutar pelo nosso espaço, pela memória dos nossos filhos, pelos jovens que ainda estão vivos¹ (Cruz, 2019).

O relato acima foi feito por Dona Edna Carla, uma das referências na luta do Movimento de Mães e Familiares do Curió. Dona Edna é mãe de Álef Cavalcante, executado aos 17 anos em uma das maiores chacinas do Estado do Ceará: a Chacina do Curió².

A Chacina do Curió aconteceu no dia 12 de novembro de 2015, no território da Grande Messejana, na periferia de Fortaleza. Onze pessoas foram assassinadas, sete feridas, todas do sexo masculino, nove com idade entre 16 e 19 anos. Desde então, as Mães e Familiares do Curió realizam, no mês de novembro, uma série de ações de visibilidade e luta por justiça, tais como lives, webinários, seminários e sarau, além de possuírem um documentário intitulado Os Onze – A Chacina de Messejana, uma série de podcasts e o livro Onze – Movimento de Mães e Familiares do Curió com Amor na Luta por Memória e Justiça, que fortalecem a propagação da luta (Silva, 2018).

De acordo com o Ministério Público do Ceará (MPCE)³, os crimes foram realizados por policiais militares em serviço e de folga, motivados por vingança após o soldado PM Valtermberg Chaves Serpa ter sido morto ao reagir a um roubo contra sua esposa, crime caracterizado como latrocínio. Esse crime ocorreu no bairro da Lagoa Redonda, localizado na Grande Messejana, em Fortaleza.

A morte do soldado gerou grande engajamento nas redes sociais e em aplicativos de mensagens de policiais militares, resultando na adesão de diversos colegas de serviço ao ato de vingança. A denúncia do MP demonstra como os

¹ CRUZ, M. T. **Mães na dor e na luta**: as cearenses que buscam justiça pela Chacina do Curió. Ponte Jornalismo, São Paulo, 12 maio de 2019. Disponível em: <https://ponte.org/maes-na-dor-e-na-luta-as-cearenses-que-buscam-justica-pela-chacina-do-curio/>. Acesso em: 20 mar. 2022.

² Relato sobre os cinco anos da Chacina do Curió: uma luta por direitos humanos. Disponível em: <https://www.defensoria.ce.def.br/noticia/cinco-anos-da-chacina-do-curio-uma-luta-por-direitos-humanos/>. Acesso em: 20 mar. 2022.

³ Curió: relembre os nove episódios da maior chacina do Estado. Disponível em: Curió: relembre os nove episódios da maior chacina do Estado - MPCE Acesso em: 22 jul. 2024.

acusados planejaram as ações por meio das redes sociais e executaram as vítimas aleatoriamente.

A parceria com movimentos sociais, populares e entidades de direitos humanos conseguiu fortalecer as reivindicações das lutas por memória, direitos e justiça ao longo dos anos. Essa atuação conjunta contribuiu para a denúncia do genocídio da juventude pobre, negra e periférica, bem como para a exposição de uma das faces daquilo que denominamos de Terrorismo de Estado⁴, servindo de combustível para a reinvenção das lutas políticas sociais a partir dessas mães, que passam a ecoar vozes inovadoras na prática da organização política e nas lutas interseccionais (Silva; Rodrigues, 2022).

Na virada para o século XXI, assistimos a um recrudescimento da cultura de violência e morte nos centros urbanos brasileiros. Percebeu-se, nos últimos anos, um deslocamento desse crescimento do Sudeste para o Nordeste do país (Cerqueira; Bueno, 2019), alicerçado na Necropolítica (Mbembe, 2016), operada tanto por agentes estatais quanto pelo crime organizado. Esse processo ocorre simultaneamente a uma progressiva naturalização da violência, do racismo e do genocídio, além, é claro, das insurgências que emergem dos segmentos sociais que convivem diariamente com a violência. São pessoas geralmente de origem periférica, negra e pobre que, postas em contato direto com a dor, têm a necessidade de transformar o luto em luta e forjar seus próprios movimentos, nesse caso dirigidos por mães, familiares e amigos das vítimas da violência letal do Estado (Silva; Rodrigues, 2022).

De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em conjunto com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), publicada no Atlas da Violência 2024, a principal causa de morte da juventude brasileira entre 15 e 29 anos é o homicídio, sendo a média nacional de 62 jovens assassinados por dia. Dessas vítimas, 75% são jovens negros. Foram 321.466 jovens vítimas da violência letal no país na série histórica dos últimos onze anos (2012–2022) (Cerqueira; Bueno, 2024).

Segundo a mesma pesquisa, houve 46.409 homicídios registrados no Brasil no ano de 2022, correspondendo a uma taxa de 21,7 mortes a cada 100 mil

⁴ Terrorismo de Estado é a forma como a governabilidade utiliza de seu regime de forma violenta e lança mão do terror como instrumento de opressão contra as camadas populares, fortificado o conceito através das violações de direitos durante a Ditadura Militar.

habitantes, sendo 49,2% das vítimas jovens entre 15 e 29 anos. No mesmo ano, havia 46,6 homicídios para cada 100 mil jovens no Brasil, e 86,7 mortes em relação aos homens jovens. Entre os anos de 2019 e 2022, observa-se uma estabilidade no número de homicídios; contudo, o estudo revela alguns fatores que podem ter contribuído para a diminuição dos dados absolutos nos últimos anos em comparação com os dados de uma década atrás. Destaca-se o aumento drástico do número de Mortes Violentas com Causa Indeterminada (MVCI), que em 2019 somaram 16.648 casos, o que pode ter ocasionado a ocultação de milhares de homicídios. Ademais, outro estudo publicado pelo IPEA em 2019, coordenado por Daniel Cerqueira e Samira Bueno (Cerqueira; Bueno, 2019), apontou que cerca de 73,9% das mortes violentas com causa indeterminada registradas no Brasil entre 1996 e 2020 eram, na verdade, homicídios mal classificados, designados como "homicídios ocultos"⁵.

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021, mesmo durante a pandemia de coronavírus, o Brasil atingiu, em 2020, seu maior índice de Mortes em Decorrência de Intervenções Policiais (MDIP) desde o início do levantamento, em 2013, representando um aumento de 190%. Foram vitimadas 6.416 pessoas por intervenções de policiais civis e militares da ativa, produzindo, em média, 17,6 mortes por dia pelas polícias estaduais (Bueno; Lima, 2021).

Esses números revelam quem é reconhecido, de fato, como sujeito pleno de direitos. Ao refletir sobre os apátridas e refugiados no pós-guerra, Hannah Arendt (1989) construiu a expressão "o direito a ter direitos" para designar a condição daqueles que, embora vivam em um Estado, são excluídos do reconhecimento político que os tornaria membros legítimos de uma comunidade. Grada Kilomba (2019) aprofunda essa reflexão, mostrando como a população negra é historicamente colocada à margem, não apenas da sociedade, mas do próprio status de humanidade e de sujeito. Kilomba evidencia ainda como as mulheres negras vivenciam uma opressão singular, que articula raça e gênero de forma indissociável: não são apenas negras, não são apenas mulheres, são as duas coisas ao mesmo tempo, e é exatamente nessa encruzilhada que a violência do Estado as atinge com mais força. De acordo com a autora, o racismo define quem

⁵ Nesse estudo, produziu-se estimativas da probabilidade de que cada MVCI tenha sido, na verdade, homicídio não classificado como tal. A partir dessas estimativas, calculou-se a esperança matemática do número de homicídios ocultos em cada UF e em cada ano (Cerqueira; Bueno, 2019).

pode falar, quem pode ser ouvido e quem tem sua dor reconhecida como legítima. Essa exclusão vivencia-se no Brasil de forma racializada e territorializada: ser jovem, negro e periférico é, muitas vezes, estar destituído da proteção que o Estado deveria garantir a todos. É contra essa destituição que as Mães do Curió erguem sua luta pelo reconhecimento de que seus filhos, e elas próprias, são sujeitos plenos de direitos.

Por trás desses dados elevados, há ainda a obstrução do oferecimento da queixa-crime, visto que os registros de homicídios são feitos pelas próprias polícias. Nessa perspectiva, muitas vidas foram ceifadas de forma velada, fortalecendo narrativas e práticas de impunidade social e policial.

Esse cenário de elevado número de MVCI e MDIP gera indignação, revoltas, dores e lágrimas de familiares e amigos que perderam seus entes e, em especial, de mães protagonistas, por cujas vozes e lutas queremos (re)aprender a reinventar as lutas políticas sociais.

A perspectiva trazida neste trabalho concebe o movimento de mães como um lugar de reconstrução das lutas políticas sociais. Nesse sentido, lanço mão de um arcabouço teórico-político construído no campo do conhecimento científico e opto por analisar essas mortes veladas a partir das reflexões de Márcia Leite (2004), Fábio Araújo (2007), Adriana Vianna e Juliana Farias (2011), Débora Quintela (2021), Patrícia Marciano de Assis e João Paulo Pereira Barros (2022).

As investigações sobre os respectivos estudos, em geral, dirigem-se às questões relativas à morte, ao luto, à dor, ao sofrimento, à luta e à maternidade. Todavia, demandas recentes têm emergido neste cenário, tais como a trajetória desses movimentos e o fortalecimento da perspectiva interseccional em análises sociais.

Desse modo, este trabalho visa contribuir com as discussões no campo das ciências sociais por meio da análise do contexto histórico do ativismo político dos movimentos liderados por mães que perderam seus filhos vítimas de ações letais das polícias, e da perspectiva das Mães do Curió a partir da luta, da resistência e das trajetórias atravessadas pelas relações de gênero, raça e classe.

Por meio da perspectiva interseccional (Akotirene, 2018; Collins, 2017; Crenshaw, 2004), a experiência de resistência das Mães e Familiares do Curió pode ser analisada considerando algumas dimensões de opressão que atravessam suas vidas, entre as quais gostaríamos de salientar algumas.

A primeira é a dimensão de gênero: as mulheres que lideram o movimento das Mães do Curió enfrentam desigualdades generificadas que se agravam em contextos de violência urbana. Elas precisam lidar com a dor da perda, com a responsabilidade de cuidar dos filhos, netos e da família, além da dificuldade de serem ouvidas em um mundo marcado pela misoginia.

A segunda dimensão é a do racismo estrutural (Almeida, 2018) e da violência policial, questões centrais nas vidas das Mães e Familiares do Curió, que sofrem com a dor da perda de seus entes queridos. O fato de serem moradoras de periferias e pessoas pardas as torna alvo de uma violência naturalizada e legitimada socialmente pelo Estado.

O terceiro ponto diz respeito à marca da pobreza e da exclusão social. A falta de acesso a serviços básicos como saúde, amparo psicológico, educação e transporte dificulta ainda mais suas vidas e reforça sua vulnerabilidade social. Assim, a perspectiva interseccional nos leva a pensar na importância de estabelecer alianças entre diferentes grupos que lutam contra opressões. Por isso, inclusive, as Mães e Familiares do Curió têm recebido apoio de ONGs, parlamentares, movimentos sociais, defensores e defensoras dos direitos humanos e mídias alternativas, o que demonstra ser possível construir pontes de solidariedade e resistência.

Essas lutas são travadas cotidianamente, em diferentes espaços e contextos. Elas, mulheres, mães, avós, nos inspiram a seguir em frente, mesmo diante das adversidades, e nos lembram da importância de não desistirmos e de construirmos um mundo mais justo e igualitário.

Faz-se necessário, portanto, ampliar os estudos sobre as percepções de mães e familiares vítimas de violência do Estado, a partir de uma visão interseccional da luta, da resistência e de suas trajetórias, contribuindo para o fortalecimento das reivindicações por memória, direitos e justiça.

1.1 Meu papel na pesquisa

Sou nascido e criado no bairro da Sapiranga, na periferia de Fortaleza, hoje localizado na Regional 7, adjacente à Grande Messejana. Ao longo da minha vida, vi de perto a *Guerra às drogas*, vivenciando cotidianamente a disputa territorial pelo controle do tráfico, pela legitimação da presença da força policial, a qual atinge

diversas vidas, seja no ir e vir na comunidade, como ir para a escola, para o trabalho, como ir para um *rolê* com amigos, dar uma volta na pracinha ou na lagoa.

Sou filho da Maria de Jesus, piauiense, empregada doméstica, oriunda de família quilombola, de 1962, e meu pai é o Mario Almeida, cearense, vigilante, filho de agricultor, de 1958; possuo sete irmãos, sendo, no total, oito filhos, quatro homens e quatro mulheres.

Desde muito novo me indigno diante das injustiças. Por ser um jovem negro e de periferia, passei por diversos constrangimentos, ser parado em supermercado por acharem que eu estava roubando, mudarem de calçada por medo, ser desvalorizado na universidade e no trabalho, confundido com pessoas em situação de rua por conta dos meus *dreads*, sofrer violência policial do Raio⁶ por estar gravando ações truculentas com menores de idade, ter tido a autoestima dilacerada...

Então, aos meus 17 anos, conheci o Movimento Negro Unificado (MNU)⁷ e, em 2013, tive a oportunidade de participar do 17º Congresso Nacional, em Salvador (BA), e uma das principais discussões foi a importância da luta contra o extermínio da juventude negra; uma demanda apresentada foi o fortalecimento da luta das *Mães de Maio*⁸, que buscam, até os dias de hoje, memória e justiça para seus filhos.

Durante a graduação em Humanidades, na UNILAB, queria estudar algo que fizesse parte do meu cotidiano e que contribuísse para a denúncia do racismo. Portanto, realizei reflexões sobre o fenômeno da violência letal à juventude negra em Fortaleza, mostrando como esse extermínio possui classe, território, raça, gênero e geração. No mestrado, queria não apenas fazer a denúncia, mas pensar a reinvenção após esse conflito. Nesse sentido, pensei em fortalecer as vozes de mães e familiares vítimas da violência policial, e foi por conta disso que realizei esta contribuição a esse campo de estudo.

Sou uma pessoa que, ao longo da minha trajetória, estive/estou em diversas lutas na cidade, mas foi através da minha amiga Samara Andrade, que na época era

⁶ Hoje CPRaio – Comando de Policiamento de Rondas de Ações Intensivas e Ostensivas.

⁷ O Movimento Negro Unificado (MNU) é uma organização do povo negro brasileiro, fundado em 1978 nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, durante o período da Ditadura Militar. Sendo uma das principais organizações da luta contra a discriminação racial no Brasil.

⁸ Movimento formado por mães e familiares de pessoas executadas pela violência policial e sobreviventes de cárcere, de São Paulo.

estagiária do Cedeca⁹, que conheci melhor as mães do Curió, em 2019. De lá pra cá, nos aproximamos ainda mais, aprendendo e compartilhando lutas e sonhos.

Sempre fiquei muito apreensivo sobre como e o que escrever. Falar sobre as mães do Curió é também falar do lugar de filho. Participar das reuniões do movimento, segurar o choro diversas vezes para que minha presença não aumentasse o fardo emocional daquelas mulheres foi complexo. Com o amadurecimento acadêmico, fui entendendo que a emoção não compromete a análise, ela ajuda a situá-la. Ruth Behar (1996), em *The Vulnerable Observer*, argumenta que a vulnerabilidade do pesquisador faz parte da etnografia: ele pode se expor, se deixar afetar, trazer sua subjetividade para a escrita. Então, a partir da minha trajetória, escrevo também de um lugar que vivencia, de jovem negro periférico que poderia ter sido sujeito, e não autor, desta pesquisa.

Um dos principais mecanismos de mobilização social contra o conjunto de violências são as reivindicações nas ruas. Nesse sentido, foi criada a Marcha da Periferia¹⁰, que é um ato político para denunciar as barbaridades que as periferias de Fortaleza vivenciam. Participei da minha primeira em 2014, que ocorreu em uma das principais periferias de Fortaleza, o bairro da Serrinha.

⁹ Cedeca é o Centro de Defesa das Crianças e Adolescentes do Ceará, o qual realiza diversas ações de acompanhamento de diversas vítimas de violências, inclusive das Mães do Curió. Disponível em: <https://cedecaceara.org.br/index.php/quem-somos>. Acesso em: 01 jun. 2024

¹⁰ LEITE, Catarina. Marcha da Periferia em Fortaleza questiona: em 10 anos, quem os ouviu?

Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2022/11/26/marcha-da-periferia-em-fortaleza-questiona-em-10-anos-quem-os-ouviu.html>. Acesso em: 01 jun. 2024

Figura 1 – Marcha da Periferia 2015, Serrinha - Fortaleza (CE)



Fonte: Arquivo pessoal (2015).

1.2 Perspectiva metodológica

Seguindo as inspirações teórico-metodológicas, esse trabalho consolida-se na revisão bibliográfica, na observação participante e no trabalho de campo através de entrevistas semiestruturadas e das narrativas dessas mães que, segundo Suely Kofes (2001), são formas de contar histórias e experiências pessoais que envolvem o uso da linguagem e da imaginação. Elas são importantes para construir e representar a identidade individual e coletiva, assim como para transmitir e preservar a memória e a cultura de seu pertencimento. As narrativas também podem ser utilizadas como instrumento de reflexão, de transformação pessoal e social.

Optamos por essa metodologia por entender que o movimento social de mães que perderam seus filhos pela violência do Estado, sendo protagonizado por essas mulheres, fortalece as reinvenções das lutas políticas sociais, uma vez que elas atuam como vozes inovadoras na prática da organização política e nas lutas interseccionais.

1.3 Materiais e fontes de pesquisa

A busca por matérias e fontes de pesquisa que consigam dialogar sobre as percepções do movimento, a partir de uma visão interseccional da luta e resistência e de suas trajetórias, são fundamentais para compreensão destas lutas e trajetórias. Utilizamos livros e publicações científicas, teses, dissertações e Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), artigos acadêmicos, documentos, jornais e revistas, matérias e *sites*, relatórios, fotos, entre outras fontes e materiais que ajudam na ampliação e profundidade sobre a experiência do movimento.

1.4 Diário de Bordo

Fiquei pensando em qual método utilizar para dialogar com algumas percepções construídas durante o processo de diálogo entre docente e discente, no caso as orientações. Nesse sentido, o Diário de Bordo, segundo Souza *et al.* (2015), é uma importante ferramenta pedagógica que abrange diversas percepções, subjetividades, experiências e, assim, constitui-se com olhares críticos e reflexivos a partir das vivências realizadas conjuntamente.

Portanto, esse momento serviu para relatar parte do processo de orientação que tive com a minha orientadora, a Profa. Denise da Costa que, geralmente, dura cerca de uma a duas horas, seja por meio virtual, ou de forma presencial, por *Meet*¹¹, na UNILAB ou em sua residência.

Nossa primeira orientação foi no dia 20 de abril de 2022, às 14 horas, no seu escritório no Campus das Auroras, na UNILAB, em Redenção (CE). Na ocasião, realizamos o momento de alinhamento sobre a orientação; apresentei meu histórico; realizamos diálogos comuns; expliquei porque escolhi a sua orientação; conversamos sobre as primeiras tarefas a serem realizadas e a professora se apresentou para mim.

Definimos ainda a necessidade de construir uma boa dissertação, pensando no que eu daria conta de fazer, de realizar um trabalho que represente essas mulheres; pensamos que a construção do ritmo seria dada por mim, o orientando; nas potencialidades da pesquisa; na importância de ter uma boa relação com as

¹¹ Serviço de comunicação por vídeo desenvolvido pelo *Google*.

mães do Curió; na necessidade de avisar sobre imprevistos; na necessária construção de relação de afeto e que a orientadora puxaria também para as produções.

Comecei realizando um levantamento bibliográfico de teses, livros, dissertações, TCCs e trabalhos sobre a temática do ponto de vista internacional, nacional e regional – Ceará; elaborei ainda um cronograma da construção da pesquisa; um esboço do esqueleto da proposta de Dissertação. A orientadora me pediu para retomar o IV capítulo do livro *Memórias da Plantação*, da Grada Kilomba¹², *Racismo Genderizado?*, que viria com a leitura do esboço do projeto.

Nossa segunda orientação foi no dia 04 de maio de 2022, às 13 horas, no escritório do Campus das Auroras. Retomamos a leitura do esboço do projeto de pesquisa; vimos as demandas que tínhamos ficado de fazer e pensamos os caminhos da pesquisa. Refletimos um pouco sobre a Necropolítica¹³, o tema e recorte etnográfico, a necessidade de primeiro ir para a etnografia e, depois, a bibliografia. Falamos um pouco sobre a Travessia, que é um ato organizado por mães, e fizemos algumas reflexões: o que querem descolonizar? O que são as categorias? Onde colocar as realidades? Comunidades indígenas, interioranas, pescadores, como enquadrar a classe? Elas se encaixam nesse contexto? Devem ser reinterpretadas, reinventadas; Consciência Mestiça; Novas construções de pensamentos, nos nossos territórios e espaços de atuação; necessidade de burlar, sabotar e *hackear* o sistema. Como contrapor as alienações do enraizamento das categorias ocidentais? Será que já há já reinvenção dos termos? Ou só reproduzimos a lógica eurocêntrica?

Denise tinha ido no dia 19 de abril de 2023 à Universidade Federal do Recôncavo Baiano, a UFRB. Após essa ida, ela instigou um pouco sobre como é a visão dela do olhar antropológico:

Como penso pesquisa antropológica: Antropologia é um encontro – seja a partir da insistência, raiva, empatia, curiosidade, questão interna; deslumbramento. Precisa de tempo, se repita e se intensifique; que a relação seja próxima e

¹² Escritora, psicóloga, teórica e artista interdisciplinar portuguesa.

¹³ Necropolítica é um conceito desenvolvido pelo filósofo negro, historiador, teórico político e professor universitário camaronense Achille Mbembe que, em 2003, escreveu um ensaio questionando os limites da soberania quando o Estado escolhe quem deve viver e quem deve morrer. Mais em: <https://ponte.org/o-que-e-necropolitica-e-como-se-aplica-a-seguranca-publica-no-brasil/>. Acesso em: 19 jul. 2024.

íntima; Diário de Campo – escrever diariamente, impressões, observações... Vai escrevendo e depois categorizando; ler e depois escreve em cima do que os interlocutores disseram... (Cruz, 2023).

Apresentando a importância de falar de cada mãe, das relações, refleti sobre como estava fazendo as escolhas da pesquisa, a escolha da prioridade de relação com as mães que estavam mais ativas naquele momento, pois acredito que precisava dialogar com as mães em movimento – que participam das atividades e com as quais já criei mais relações –, mas fiquei inseguro e atento para que não realizasse uma hierarquização entre as mães que estariam na pesquisa e quais seriam as formas de construção dessas relações, para que pudesse, com leveza, fazer diálogos profundos e ver outras dimensões do processo.

No dia 30 de junho de 2023, ocorreu minha qualificação, que foi um dos melhores momentos da minha trajetória acadêmica, em que participaram a minha orientadora, que sempre foi uma parceira, que na tranquilidade guia os caminhos e nos faz ter disposição para realizar uma grande pesquisa; a Profa. Dra. Vera Rodrigues, que foi muito generosa, contundente, profunda e nos faz repensar nossos passos para que possamos ser grandes potências; e a Profa. Dra. Jania Aquino, que pontuou elementos cruciais sobre a retomada dessa experiência, a partir de um olhar antropológico.

Tive a presença da Dona Sílvia Helena, que esteve presencialmente na minha qualificação, além da minha mãe, meu pai, minha irmã Mary Jusceane, minha amiga Mariana Lacerda, Josélia, Anderson Carvalho, Erivaldo Teixeira; de meus colegas do mestrado Aparecida Estanislau, Kleber Tapeba, Deybson Cavalcante; de minhas amigas Fabrizia Portela, Samara Andrade, Caroline Lacerda, Ana Jéssica, Emely Bianca, Pâmela Layla, Roberta Kaya, Lya Nogueira, Luciana e Luana Costa.

Na orientação do dia 06 de julho de 2023, revisamos sobre a necessidade de reorganizar os capítulos, escrever mais sobre a Chacina, inserir as entrevistas, sobre o campo realizado, sobre a relação de confiança e da política; descrever melhor a vivência de cada mulher que constrói o movimento; ampliar o diálogo sobre o território do Curió; transcrever as entrevistas realizadas e encaminhar as outras; sobre refletir acerca da antropologia das emoções.

Dia 16 de agosto de 2023 foi uma orientação do que não necessariamente a dissertação precisaria tratar, como abordar o fato sob a ótica de horror/terror, pois

não faz parte de uma boa memória, o que inclusive lembrou Sarah Baartman, uma mulher negra sul-africana que foi exibida nos chamados *circo dos horrores*, por conta de ser gorda, juntando elementos de racismo e gordofobia. Pensamos que o melhor a se caminhar na construção da dissertação seria falar sobre a construção do movimento.

Figura 2 – Orientação com a Profa. Dra. Denise da Costa na UNILAB, em 2023



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

Já na orientação do dia 05 de agosto de 2023, que foi em sua casa, ocasião na qual me recebeu com muito entusiasmo, minha orientadora falou da necessidade de leitura de escritos de Alex Ratts; Saidya Hartman, *Perder a Mãe*; Aimé Césaire, *Discurso sobre o Colonialismo*; Frantz Fanon e Rodrigo Ednilson de Jesus, *Quem pode ser negro no Brasil?*.

É importante ressaltar quais foram as escolhas realizadas no registro etnográfico. As quatro mães envolvidas diretamente na pesquisa foram escolhidas a partir da relação coletiva, mas em especial no movimento, seja de liderança, participação ou diversidade de trajetórias. As transições entre os diferentes momentos do campo, seja das reuniões coletivas, os eventos públicos, as entrevistas individuais e os momentos informais de convivência, foram

acompanhadas por um desafio constante de equilibrar a distância e a proximidade analítica. Como pesquisador negro, de periferia e possuindo relação prévia com algumas das interlocutoras, estou, ao mesmo tempo, dentro e fora do campo: compartilho marcadores sociais, mas não a experiência da perda. Reconhecer essa implicação é parte do rigor metodológico. Seguindo Favret-Saada (2005), trata-se de um "ser afetado" que não compromete a análise, antes, a enriquece, permitindo um nível de acesso e de confiança que pesquisadores externos dificilmente alcançariam.

1.5 Entrevistas semiestruturadas

Realizei quatro entrevistas semiestruturadas, as três primeiras antes do primeiro Júri do Curió – 20 de junho de 2023 –, nas respectivas residências das entrevistadas. A primeira foi com a Maria Suderli Pereira de Lima, no dia 10 de maio de 2023; a segunda com Sílvia Helena Pereira de Lima, no dia 02 de junho de 2023; a terceira com Edna Carla Souza Cavalcante, no dia 06 de junho de 2023, após o primeiro e segundo Júri – 29 de agosto de 2023 – e a quarta entrevista com a Maria de Jesus, no Cuca José Walter, no dia 23 de setembro de 2023.

Realizei sete perguntas, a partir dessas questões-problemas: 1) trajetória, percursos e vivências de luta e ações por memória e justiça; e 2) a análise das suas narrativas a partir das categorias de gênero, raça e classe.

1.6 Registro de Eventos e Atividades

Segue alguns registros realizados nas atividades em que o movimento se fez presente, começando com a Travessia, que de acordo com Silva e Andrade (2022), *é um ato político social do movimento de mães e familiares vítimas do terrorismo do Estado, organizado pelo movimento Mães e Familiares do Curió e pelo Coletivo Vozes de Mães e Familiares do Socioeducativo e Prisional, que se organizam em torno da luta pelo desencarceramento, por justiça e direitos*. E nas redes sociais do coletivo Vozes de Mães e Familiares do Socioeducativo e Prisional elas apresentam uma contextualização:

Não é uma marcha, nem uma caminhada, será uma "travessia" por nossos(as) filhos(as) e em memória dos(as) que já se

foram! Nós, as mães desse Estado violento e violador, desejamos anunciar para a sociedade e para as autoridades quem em maio não há nada para se comemorar, que o comércio compreenda a nossa dor quando ao oferecer seus produtos saibam que nem temos filhos(as) junto a nós, pois os(as) que não foram assassinados(as) estão sob confinamento do cárcere. Desejamos atravessar as ruas do Centro clamando por uma outra paz, que não seja a paz do Governador Camilo Santana com a tal paz do Ceará Pacífico, onde nossa juventude, logo nossos filhos, tanto morre. (Coletivo Vozes, Facebook, 2019).

Figura 3 – Travessia, 2º dia – V Encontro Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo de Estado



Fonte: Reprodução (2022).

Figura 4 – Travessia, 4º dia – V Encontro Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo de Estado



Fonte: Reprodução (2022).

Figura 5 – Marcha da Periferia, 2018



Fonte: Marcha da Periferia (2018).

Figura 6 – Semana Cada Vida Importa 2022 (1)



Fonte: Reprodução (2022).

Figura 7 – Semana Cada Vida Importa 2022 (2)



Fonte: Reprodução (2022).

Figura 8 – Semana Cada Vida Importa 2022, Centro Cultural do Bom Jardim (CCBJ)



Fonte: Arquivo pessoal (2022).

Figura 9 – Diálogo com o Governo do Estado do Ceará



Fonte: Governo do Ceará (2023).

Figura 10 – Júri do Curió



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

Figura 11 – 11 do Curió



Fonte: Reprodução (2023).

Figura 12 – Vigília em apoio às vítimas e familiares da Chacina do Curió



Fonte: Reprodução (2023).

Figura 13 – Júri do Curió 2023, Fórum Clóvis Beviláqua



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

Figura 14 – Vigília do Júri do Curió 2023, Fórum Clóvis Beviláqua



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

Figura 15 – Presença do Movimento Negro Unificado (MNU) acompanhando o Júri do Curió 2023, Fórum Clóvis Beviláqua



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

Figura 16 – Dia da Beleza - Mães do Curió



Fonte: Reprodução (2022).

1.7. Documentos e livros

1. Asociación Madres de Plaza de Mayo. **Historia de las Madres de Plaza de Mayo**. Colección 20 Años de Lucha. Buenos Aires: Ediciones Asociación Madres de Plaza de Mayo, 1999;
2. NOBRE, Carlos. **Mães de Acari: uma história de luta contra a impunidade**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994;
3. NOBRE, Carlos. **Mães de Acari: uma história de protagonismo social**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Pallas, 2005;
4. Movimento Mães e Familiares do Curió. **ONZE – Movimento Mães e Familiares do Curió com amor na luta por memória e justiça**. Fortaleza: maio de 2021.

1.8. Jornais e divulgação da luta

1. Diário do Nordeste;
2. O Povo;

3. O Globo;
4. Metr pole;
5. El País.

1.9 Estrutura do trabalho

No primeiro capítulo, discutimos a contextualiza o da pesquisa, o papel do pesquisador, o método utilizado, os diálogos durante a orienta o e o registro das atividades. Esta introdu o estabelece a base e o escopo do estudo, delineando os objetivos e a abordagem metodológica adotada.

No segundo capítulo, analisamos a perspectiva estrutural do racismo e suas graves consequências para a juventude periférica, destacando como essas dinâmicas afetam a vida e as oportunidades dos jovens negros.

Já no terceiro, exploramos a trajetória do movimento nacional das mães que lutam por memória, justiça e direitos. O capítulo detalha as origens, os desafios e as conquistas desse movimento, evidenciando sua importância na luta contra a violência e a injustiça.

No último capítulo, apresentamos o recorte da pesquisa focado nas Mães do Curió. Discutimos o contexto específico dessas mães, suas histórias, experiências e o impacto do movimento em suas vidas e na comunidade local.

2 VIDAS NEGRAS IMPORTAM

A cultura de violência e morte no Brasil são heranças históricas coloniais que impactam até os dias de hoje. A obra *Colonialismo, racismo, descolonização*, de José Maria Nunes Pereira (1978), constituiu que os processos históricos do colonialismo, racismo e a descolonização são imbricados. Apresentando o enraizamento da colonização, da centralidade que o racismo possui no processo de construção de hierarquias, sendo pilar do colonialismo e que, mesmo com a crueldade desse sistema, ainda possui diversas formas de lutas e estratégias dos povos afro-asiáticos para superar essas mazelas e construir um outro mundo possível. Reflete sobre a descolonização da Antropologia, realizando uma profunda crítica aos pensamentos e correntes clássicas, fortalecendo novos caminhos de pesquisa e reflexão colonial. Afirma que constituir diferenças entre as culturas não é necessariamente uma perspectiva racista, mas hierarquizar, desumanizar, tornar diferenças culturais e genéticas, fazem parte da construção do racismo e seu papel na construção da pseudo-superioridade eurocêntrica. E que, para superar, é necessária uma desconstrução geral da sociedade (Silva, 2022).

Em o *Discurso sobre o Colonialismo*, o Aimé Césaire (1950), reflete sobre as dimensões estruturais da colonização e civilização, realizando uma crítica ao sistema capitalista, à falsa burguesia humanista e à universalidade eurocêntrica. Fazendo análise dos discursos etnocêntricos construídos pela Europa, seja por intelectuais, missionários, colonos e políticos, mostra as influências e casualidades que persistem até os dias atuais (Silva, 2022). Para ele,

[...] ninguém coloniza inocentemente, nem ninguém coloniza impunemente, que uma nação que coloniza que uma nação que justifica a colonização – portanto, a força – é já uma civilização doente, uma civilização moralmente ferida que, irresistivelmente, de consequência em consequência, de negação em negação, chama o seu Hitler, isto é, seu castigo (Césaire, 1950).

Suas reflexões fortalecem a compreensão sobre o papel do colonialismo, capitalismo, de fascismos na reprodução de lógicas racistas, preconceituosas, arrogantes, ignorantes e violentas para tentar impor seu poder e gerar hierarquias

sobre o globo e a importância da necessidade de superação dessa barbárie (Silva, 2022).

Frantz Fanon (1979), em *Os Condenados da Terra*, afirma que a descolonização por si só é um processo violento, que possui objetivo de substituição de homens por outros... Que a discussão sobre o mundo colonial pelos colonizadores é uma singularidade afirmada como absoluta, como universal. Fala o papel da religião cristã que é a chegada a *Deus*, mas, sim, por via do Branco, do patrão, do opressor. Ele define o nativo entre trabalhador, intelectual e o lumpemproletariado. Fala sobre as tentativas de mudanças que acabam se assemelhando ao mundo colonial. Por isso, é necessária uma transição, uma ruptura total desse sistema. Afirma que essa sociedade é complementar, que se constitui a partir desse olhar binário entre colonos e colonizadores; um querendo chegar em um lugar mais privilegiado que o outro (Silva, 2022).

Oracy Nogueira (1954), na sua obra *Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem*, relaciona as perspectivas da construção das relações raciais no Brasil e apresenta 12 diferenciações sobre a dinâmica das vivências raciais da sociedade brasileira e norte-americana, sendo o “preconceito de marca” as atribuições da constituição das relações raciais no Brasil e do “preconceito de origem” as que constituem essas relações nos Estados Unidos (Silva, 2022).

Amadou Hampâté Bâ (2010), em *A tradição viva*, fala que a riqueza é feita pelo resgate da memória ancestral e da importância da tradição oral, através, segundo ele, dos saberes transmitidos “de boca a ouvido, de mestre a discípulo, ao longo dos séculos”. E que a herança da história e os espíritos africanos não se perderam, mas residem na memória viva da África, na geração e nos grandes depositários (Silva, 2022).

Mogobe Ramose (1999), na obra *A Filosofia do Ubuntu e Ubuntu como uma Filosofia*, diz que as raízes e a base da filosofia africana são Ubuntu, pois são “fonte fluindo ontologia e epistemologia africana”. E que fazem parte da ancestralidade familiar, filosófica e de parentesco que é repassada de geração a geração. Faz ainda analogia sobre a árvore e ubuntu, sendo ambas solo, raiz, ramos, folhas e que isso mostra como esse conceito está fixado, construído e que gera frutos. Ramose afirma que a ontologia e a epistemologia africanas podem ser compreendidas como aspectos da mesma realidade, realizando uma proximidade filosófica ubuntu (Silva, 2022).

Abdias do Nascimento (1978), em *O genocídio do povo brasileiro*, afirma que as relações raciais no Brasil são um processo histórico de tentativa de branqueamento dos corpos e das mentes, e que o genocídio realiza uma série de violências simbólicas e materiais demonstradas através do racismo contra a população negra brasileira¹⁴. Assim sendo, Nascimento é considerado um dos intelectuais que mais conseguiu relacionar esse conceito com a situação vivida pela população negra no país. Já Frantz Fanon (2008), em *Pele Negra, Máscaras Brancas*, também reconhece que são os corpos negros que mais sofrem violência, sendo esse um resultado da tentativa de apagar o negro e fortalecer o processo de desumanização. Já Sérgio Adorno (1996) contribui no campo da sociologia das violências, demonstrando a maior possibilidade que a população negra possui de ser discriminada nas instituições de punição e controle social.

Jacqueline Sinhoretto e Danilo de Souza Moraes (2018)¹⁵ afirmam que, no campo das ciências sociais, são produzidos estudos sobre as relações étnico-raciais que realizam diversas compreensões, e, entre elas, não poderia faltar uma temática tão latente que é o caráter violento dessas relações, em especial das instituições e dos mecanismos de controle social sobre as populações negras e indígenas. E que, na maioria das vezes, no campo acadêmico, os mecanismos de controle social e de punição, o racismo e as relações étnico-raciais não são tão priorizados, mesmo sendo citados, possuem um peso analítico menor do que outras categorias, como classe, território e desempenho de gênero ou masculinidade. E, quando as relações raciais aparecem, possuem caráter mais individualista dos que os que sofrem os conflitos violentos ou dos atingidos pelas instituições punitivas. Realiza, assim, a crítica de que muito dessas produções apenas conseguem descrever a desigualdade dos papéis sociais, e que poucas vezes são elucidadas como elemento explicativo ou indissociável da interpretação dos fenômenos violentos e de seu tratamento institucional.

É fundamental fortalecer a compreensão da dimensão racial da violência estatal no Brasil, necessário o diálogo com o conceito de racismo estrutural, elaborado por Silvio Almeida (2018). Ele apresenta que o racismo não é uma anomalia ou desvio de comportamento, mas é estruturante das relações sociais,

¹⁴ NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do Negro Brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

¹⁵ SINHORETTO, Jacqueline; DE SOUZA MORAIS, Danilo. Violência e racismo: novas faces de uma afinidade reiterada. **Revista de Estudos Sociais**, v. 64, p. 15-26, 2018.

políticas e econômicas. Portanto, a violência policial contra jovens negros periféricos não é acidental, é um produto da lógica racista de hierarquização de vidas e territórios, legitimando quais são os corpos matáveis e quais são protegidos. Na obra de Marcelo Paixão (2003), ele analisa o que chama de "geografia racial da morte", mostrando como a distribuição espacial e social da violência letal no Brasil realiza uma cartografia da negritude e da pobreza. A cidade de Fortaleza, e especificamente o bairro do Curió, não escapam a essa lógica: são territórios marcados, simultaneamente, pela ausência do Estado em termos de políticas sociais e pelo excesso de presença do Estado em sua face punitiva.

2.1 Governança

Já há alguns anos, o campo das Ciências Sociais tem dialogado sobre as perspectivas em torno dos direitos humanos e a compreensão dos impactos que a política genocida ocasiona no Brasil e no mundo. Mesmo após a Ditadura Militar (1964-1985), com os pequenos avanços políticos, sociais e de liberdades conquistados pela constituição de 1988, o Estado foi e é incapaz de garantir o direito de viver e a liberdade da sua população mais vulnerável. Ainda que tenha estabelecido garantias de tratados, declarações e compromissos conhecidos como *direito dos estados modernos*, ampara sua política na repressão do Estado, através do discurso do Ocidente, em especial, dos Estados Unidos, por meio da *Guerra às drogas*. Isso não passa de um discurso proibicionista de combate ao uso e consumo de drogas, que tem como objetivo realizar ações truculentas com o aparato policial e dar abertura para a existência da disputa territorial pelo controle do tráfico, produzindo milhares de vítimas ceifadas e encarceradas que possuem classe, cor, território, idade e gênero bem específicos (Alexander, 2017).

É estrutural a fragilidade das instituições democráticas brasileiras. O Estado brasileiro convive com uma tensão permanente, desde a promulgação da Constituição de 1988, entre as normativas que garantem direitos e a prática cotidiana que viola direitos aos segmentos historicamente marginalizados. Trata-se, portanto, de uma democracia não consolidada, de baixa intensidade (O'Donnell, 1994), na qual a desigualdade condiciona o acesso efetivo a direitos segundo marcadores de raça, classe e território. Esse déficit democrático se expressa de

forma aguda nas periferias urbanas, onde o Estado muitas vezes se faz presente por meio de sua face repressora.

O movimento de mães e familiares estudado neste trabalho existe em decorrência do fenômeno da violência letal contra os que são identificados como *mortos da democracia*, vítimas da Necropolítica que atuam através do racismo estrutural, tendo como consequência o genocídio da população negra e, em Fortaleza, não é diferente. Nesse sentido, por que o Estado brasileiro continua matando de forma ilegal e ilegítima? A impunidade pode ser uma das hipóteses para que esses crimes continuem ocorrendo.

De acordo com Daniel Feierstein (2009), no primeiro capítulo do livro *Terrorismo de Estado na América Latina*¹⁶, o avanço da política de aniquilação em massa da população, seguindo os mesmos padrões, foi oriunda de uma política chamada *Doutrina de Segurança Nacional*, fundamentada pelos Estados Unidos, para que a América Latina não tivesse ideologicamente aliada aos comunistas, portanto, “para defender a pátria” realizaram investimentos nas forças militares e usurparam fronteiras para fortificar ideologicamente um Estado repressor, começando pelo genocídio da população indígena.

Portanto, o Terrorismo de Estado é a produção, prática e reprodução de violência sistemática, organizada e institucionalizada por parte do Estado, direcionada a grupos ou indivíduos que são considerados ameaças à ordem estabelecida ou ao poder estatal, majoritariamente, segmentos historicamente marginalizados. Essa prática geralmente é associada a regimes autoritários e ditatoriais, e é marcada por graves violações aos direitos humanos, como detenções arbitrárias, tortura, execuções sumárias, desaparecimentos forçados, entre outras formas de violência. O objetivo do Terrorismo de Estado é reprimir e silenciar oposições políticas, sociais e culturais, gerando medo e insegurança na população em geral. Esse tipo de prática tem sido denunciado e combatido por organizações de direitos humanos e movimentos sociais em todo o mundo.

Pensando nisso, quero brevemente pensar a rede do militarismo no Brasil, que não se restringe às Forças Armadas, mas permeia as polícias militares estaduais, as políticas de segurança pública, os discursos eleitorais e as práticas cotidianas de controle territorial nas periferias. A militarização das favelas e

¹⁶ FEIERSTEIN, Daniel. **Terrorismo de estado y genocidio en América Latina**. Buenos Aires: EDUNTREF, 2009.

periferias é expressa cotidianamente por meio das operações policiais com fuzis e blindados em comunidades, como também vimos no decreto de intervenção federal ocorrido no Rio de Janeiro em 2018, e no crescimento da participação das Forças Armadas em operações de segurança interna, construindo um ambiente de guerra constante em territórios específicos. São as periferias negras que vivem esse estado de sítio da informalidade. Nesse contexto, a Chacina do Curió não é exceção, é o ponto de conexão a essa lógica bélica, que muitas vezes associa a periferia ao inimigo e o policiamento ao extermínio.

A sociedade contemporânea traz diversos marcos do desenvolvimento econômico, científico, estético, político, jurídico e outras questões que nos condicionam aos novos modelos de dominação ideológica e da constituição de uma sociedade disciplinar. Pois são as relações sociais que formulam mecanismos de imposição de poder, disciplina e violências, demonstrando como esses processos possuem grandes impactos no desenvolvimento social e na construção de valores de organização da sociedade na atualidade. Jaime Amparo (2010)¹⁷ faz uma análise da obra de Michel Foucault e afirma que ele identifica que, desde o século XVIII, surge um novo modelo de governar. Se no período da monarquia a autoridade era o rei enquanto soberano que exercia seu poder através da punição e execução pública através de espetáculos, após esse período se instaurou um novo regime de poder, possuindo a habilidade de promover a vida, ainda que por meio da morte, sendo chamado de biopoder¹⁸. O foco do exercício do poder moderno se deslocou da morte para a administração calculada e otimizada da vida (Foucault, 1987)¹⁹.

Em sua obra *Em Defesa da Sociedade*, Foucault (1999) radicaliza sua análise do biopoder e apresenta o racismo de Estado, mostrando que ele exerce a função da morte, através do fazer morrer de determinadas populações em nome da proteção de outras vidas. Essa lógica opera de diversas formas, seja de maneira espetacular, através de massacres e chacinas, seja por micropoderes cotidianos como as abordagens policiais seletivas, a criminalização de territórios e movimentos e a naturalização das mortes da juventude negra. São essas microfísicas do poder, continuadas nos territórios, que estruturam o Terrorismo de Estado nas periferias. A

¹⁷ ALVES, Jaime Amparo. **Necro-política racial**: a produção espacial da morte na cidade de São Paulo. Revista da ABPN, Volume 1, número 3, nov. 2010 - fev. 2011 - ISSN 2177-2770.

¹⁸ Biopoder é uma expressão criada por Michel Foucault que fala da prática dos Estados modernos e a sua regulação sobre a população através de diversas formas de subjugar e controlar o povo.

¹⁹ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.

Chacina do Curió não é um episódio isolado, mas expressão da constituição desigual de quem tem o direito de viver e de morrer, a partir da raça, classe e território

Historicamente, as periferias foram e são lugares que incomodam as elites. De um lado, são vistas como exóticas; por outro lado, como um lugar propício ao crime e à desordem, que ameaça a ordem urbana, um grande problema das pessoas e da Capital (Zaluar, 2000). Giorgio Agamben (1998) realiza reflexões sobre o “campo de concentração moderno” e aponta que os espaços periféricos se tornaram essa *anomia do passado* que, até os dias de hoje, ainda reproduz a violência. O autor conceitua que o *homo sacer* é aquele que permanece em situação de exclusão cotidiana do acesso à cidadania enquanto ser humano, que pode ser morto e não sacrificado, e que o *poder soberano* pode matar, mas sem cometer homicídio, pois aquela vida não possui valor.

Já Achille Mbembe (2016) apresenta que essas novas e velhas formas de articular os mecanismos de dominação fazem uma nova forma de exercício do poder soberano – governabilidade – a qual necessita “do controle dos corpos (ou sobre concentrá-los em campos)” e que “as novas tecnologias de destruição estão menos preocupadas em confrontar os corpos em aparatos disciplinares que, quando chegar a hora, irão ao massacre”. Assim, percebe-se que a figura do *homo sacer* representa a condição da população negra no Brasil, pois existe uma Necropolítica espacial em que os corpos e territórios negros são prioridades para a política genocida, através da violência institucional, seja pela polícia ou exclusão dos direitos básicos.

As contribuições epistemológicas como os conceitos de *Biopoder* de Foucault e *homo sacer* de Agamben ainda são insuficientes para colocar o que Jacqueline Sinhoretto e Danilo Morais apresentam como necessário para que haja uma compreensão da produção da violência e do controle social, pois deve possuir intrinsecamente as relações étnico-raciais, assim, dialogando com Mbembe, que afirma que as tecnologias usadas para contenção e repressão social são utilizadas apenas em territórios nos quais a população negra se encontra; isso fortifica a demonstração de que o racismo estrutura o direito de viver e a liberdade nos territórios majoritariamente negros, legitimando o Estado brasileiro a realizar uma Necropolítica.

Nesse cenário bélico no qual o corpo negro é violentado, não possuindo valor, sendo naturalizada sua morte, fortalecendo o ditado como “bandido bom é bandido morto”, sem ocorrer investigações necessárias e não tendo comoção com os extermínios, vê-se o crescimento dessas repercussões no meio popular, seja nos discursos das redes sociais ou nas representações do Estado.

E, a partir dessas reflexões, pode-se compreender melhor que a sociedade brasileira foi constituída a partir de problemas sociais, cujo racismo é estruturante dessa desigualdade, que se baseia nos mais de três séculos de persistência da escravização e na exclusão dos acessos aos direitos ao povo negro periférico, onde o legado é o sangue negro vitimado tanto nos períodos democráticos como nos pandêmicos.

2.2 Que cidade é essa?

Mas, afinal, que cidade é essa? A cidade de Fortaleza é a capital do estado do Ceará, que é localizada na região Nordeste e possui o maior Produto Interno Bruto (PIB) da região, 67 bilhões de reais²⁰, a estimativa populacional, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é de 2,643 milhões de pessoas, a quinta maior do país, com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) estimado em 0,754. Fortaleza se iniciou nas margens do Rio Pajeú; possui denominação em alusão ao Forte Schoonenborchm, construído pelos colonialistas holandeses durante os anos que permaneceram no local entre 1649 e 1654, assim, dando “origem” à cidade, posteriormente colonizada por portugueses, mas seguindo o lema *Fortitudine*, que significa força. Mas, com o passar dos séculos, os canhões que serviam para segurança do Forte contra inimigos não apontavam apenas para o litoral, mas também para a própria Vila de Fortaleza, mostrando que, desde a posição dos canhões, a história dessa cidade possui relação de violência contra seu próprio povo, que, até os dias de hoje, esse “canhão” é apontado para milhares de vidas.²¹ É ainda uma cidade muito desigual, com alto índice homicídios em nível

²⁰ Informações retiradas no site oficial do Governo do Estado do Ceará. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2020/12/16/fortaleza-ultrapassa-salvador-e-se-torna-maior-economia-do-nordeste/#:~:text=Em%202018%20Fortaleza%20gerou%20R,R%24%2063%2C5%20bilh%C3%B5es.Ac> Acesso em: 28 jan. 2022.

²¹ ARAÚJO. Henrique. **Nossos canhões imaginários**. O Povo. Fortaleza, 13. abr. 2015. Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/especiais/fortaleza/289anos/2015/04/06/notfortaleza289,3417403/nos-sos-canhoes-imaginarios.shtml>. Acesso em: 11 jan. 2022.

nacional, tendo exterminado, em 2015, 1729 vidas, com taxa de 78.1% a cada 100 mil habitantes, e se mantendo como uma das metrópoles com maiores números de homicídios do mundo.

Marcus Vinicius Bezerra e Patrícia Lopes (2021), no capítulo *A memória como poética urbana do acontecimento*, no livro *Onze*, apresentam a região da Grande Messejana como:

uma região distinta, desde o sol que abriga seu clima até suas construções que remontam a um tempo mais antigo que a própria temporalidade da cidade em si. Em seus cartórios, suas feiras, seus camelôs, seus panfletistas, seus motoqueiros, suas escolas, sua vida urbana, se abrigam e se camuflam aldeias e povoados que vão se atualizando ao longo do tempo, microrregiões que compõem uma verdadeira fortaleza chamada Messejana: Messejana indígena, Messejana aldeota da rota do gado, Messejana-carnaúba, Messejana-duna. Nesse território, ampliamos nossa lente um pouco mais e encontramos a região da Lagoa Redonda, localizada em Fortaleza/Ceará, composta por várias comunidades. O Conjunto Curió é uma delas — mais um recorte da cidade. O seu processo de ocupação é resultado de intervenções no espaço urbano, tornando-se o local escolhido e/ou predestinado para homens e mulheres construir suas trajetórias de vida. (BEZERRA; LOPES, 2021 *apud* Mães do Curió *et al.*, 2021. p. 17).

Resgatam, ainda, a memória do bairro e o diálogo constante com a natureza e seus ecossistemas:

O Curió, suas sub-regiões, moradoras e moradores, é como a floresta: tem suas origens em lugares distintos e naturezas diversas. Em seu arcabouço, vários ecossistemas que se interligam de formas variadas pelo jeito de morar e ocupar: são trajetórias múltiplas que se interligam por meio da luta social, da organização comunitária, redesenhando um espaço por meio da vida dos seus e das suas habitantes (Mães do Curió *et al.*, 2021. p. 20).

A partir desse contexto, compreende-se que política de vida deve se perpetuar no diálogo com território:

Todo território é palco e ator a tecer nossas memórias, ancorando um tempo de nossas vidas, nosso vínculo com as coisas e pessoas, nossas lembranças — que nem sempre são felizes e que, por vezes, carregam tantas feridas ainda abertas.

Memórias também são coisas vivas, sem as quais não seríamos quem somos. As políticas que desenham a cidade, igualmente, alcançam a arquitetura de nossas vidas. O lugar que ocupamos no espaço está a nos ocupar também, nos atravessando infinitamente com suas impressões, seus sons, seus cheiros, sua juventude sentada nas calçadas da vida, a inventar seu tempo, com a cor de seu arrebol, suas danças, suas práticas e linguagens reinventadas a cada nova geração que surge. Infelizmente, porém, existem juventudes que são interrompidas pela mão armada do Estado, que chega na truculência com tiros, bombas e com toda a falta de humanismo, barrando sonhos que estavam sendo construídos. A destruição dos sonhos, das vidas, é diariamente exercida pelo Estado, como nos dá conta a Chacina do Curió — um fato que deixou cicatrizes e marcas irreversíveis na história de um bairro que é sinônimo de luta e resistência. 11 de Novembro, jamais esqueceremos! (Mães do Curió *et al.*, 2021. p. 20).

Diante dessas tristes cicatrizes, faz-se necessário que a sociedade fortaleça a garantia do direito de viver, e a denúncia feita por Mbembe em 2003²², que conceitua o papel da Necropolítica, questionando a limitação da soberania quando o Estado define quem deve viver ou morrer, onde as vidas acabam sendo perdidas nos territórios em que há presença majoritariamente das populações mais vulneráveis, como os povos indígenas e negros. Desse modo, o povo negro periférico é a principal vítima de violência letal, caracterizando, portanto, genocídio (Lemkin, 1946). Nesse contexto, é imprescindível romper a lógica que está por trás da legitimação dos altíssimos dados de violação aos corpos negros e periféricos. A partir desse viés, percebe-se que o Estado, através das instituições de punição e controle social, produz e reproduz o racismo institucional através da Necropolítica.

Juventude Negra Viva é uma iniciativa do Governo Federal com a finalidade de elaborar proposta do plano, destinada a articular diferentes políticas e atores sociais no desenvolvimento, com vistas à redução da violência letal e das vulnerabilidades sociais contra a juventude negra e ao enfrentamento do racismo estrutural. Este plano volta a ter vigor pelo Decreto nº 11.444, de 21 de março de 2023, a partir do Grupo de Trabalho Interministerial, que conta com 12 ministérios e tem os trabalhos conduzidos pelo Ministério da Igualdade Racial e da

²² Mais em: <https://ponte.org/o-que-e-necropolitica-e-como-se-aplica-a-seguranca-publica-no-brasil/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

Secretaria-Geral da Presidência da República. A Caravana Participativa do PJNV teve início no Ceará, no dia 18 de maio de 2023, e já percorreu 17 estados.

O Plano Juventude Negra Viva representa, em certa medida, a capacidade dos movimentos sociais de impactar a agenda governamental, ainda que de forma parcial e intermitente. A participação das Mães do Curió e de movimentos similares nas Caravanas Participativas do Plano é expressão desse potencial. Contudo, a descontinuidade do Plano entre 2016 e 2023 evidencia a fragilidade das conquistas quando dependentes da vontade política de governos específicos. A luta dessas mães opera, portanto, em dois registros simultâneos: o da denúncia, expor o que o Estado faz, e o da proposição, construir o que o Estado deveria fazer. Essa dupla atuação é uma marca característica dos movimentos de mães e familiares de vítimas da violência estatal ao redor do mundo.

Figura 17 – Construção do Plano Juventude Negra Viva no Ceará, 2023



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

3 UMA CAI E A OUTRA LEVANTA: TRAJETÓRIAS DO MOVIMENTO DE MÃES

De forma breve, antes de adentrar nas trajetórias das mães, é necessário situar conceitos importantes desta análise: memória, justiça e direitos. De acordo com Paul Ricoeur (2007), a memória não é mera recordação individual, mas uma prática social e política sobre o passado, implicando o dever de não esquecer, em especial quando se trata de violências como essa. Já Elizabeth Jelin (2002) apresenta que a memória das lutas de famílias de vítimas na América Latina é construída a partir de um trabalho ativo de elaboração do luto e de produção de sentido coletivo. Para essas mulheres, o conceito de justiça ultrapassa o horizonte do judiciário, articulando memória, verdade e busca por reparação. Danyelle Nilin Gonçalves (2009) aponta que o reconhecimento público da dor dessas famílias é também uma forma de justiça. É nesse entrelaçamento entre memória viva, luto coletivo e demandas por direitos que as Mães do Curió constroem sua atuação política.

Ao longo da história, as Ciências Sociais têm se ocupado com os debates em torno de temas relacionados aos direitos humanos, no sentido de pontuar o caráter dinâmico e contextual das práticas sociais, bem como o estabelecer os sentidos de direito e de justiça, advogando que supostas universalidades, contidas em tratados e declarações, têm relação histórica com a formulação do que entendemos por direito moderno ou direito dos estados modernos.

Ou seja, a concepção ocidental de justiça não dá conta de abarcar a multiplicidade de valores e sensibilidades sociais e jurídicas existentes, e traz como consequência discursos de poder e práticas de controle de determinados grupos (Bates, 2013). A história da civilização ocidental foi permeada por acontecimentos que extremaram as desigualdades, além de se estabelecerem a partir de hierarquias

sociais e raciais, criando a divisão de pessoas que têm acesso a direitos legítimos, à medida que outra parcela não tem.

3.1 Mães na luta por memória na América

No caso do movimento de mães que perderam seus filhos pela violência de atos praticados por agentes do Estado, as pesquisas sobre o tema ganharam cada vez mais notoriedade, do ponto de vista internacional. As Mães da Praça de Maio consiste em um coletivo de mães cujos filhos foram assassinados ou desapareceram durante a Ditadura Militar argentina, entre 1976 e 1983, sendo uma das principais referências no livro *Historia de las Madres de Plaza de Mayo*, de 1999. É uma coletânea de textos, fotografias e documentos que narram a trajetória da Associação Madres de Plaza de Mayo, contando a criação da organização, as primeiras ações em busca de seus filhos desaparecidos, as manifestações públicas na Praça de Maio, a luta pelos direitos humanos e a busca por justiça e memória. Além disso, a obra apresenta depoimentos de algumas das mães que fazem parte da associação. Essa obra faz parte da coleção *20 Años de Lucha*.

O artigo *Maternalismo, identidad colectiva y participación política: las Madres de Plaza de Mayo*, de Abril Zarco (2011), aborda o papel das Mães da Praça de Maio na política argentina durante a Ditadura Militar. O estudo discute como essas mulheres transformaram a maternidade em uma ferramenta política e como o movimento se tornou um símbolo de resistência e luta contra a violência de Estado. A autora destaca a importância da identidade coletiva na organização e mobilização das mães, que se uniram em torno do objetivo comum de buscar seus filhos desaparecidos. O artigo também aborda a relação entre as mães e o Estado argentino, que inicialmente tentou silenciá-las, mas acabou cedendo à pressão do movimento. O movimento, de grande porte, foi pioneiro em termos de organizar a luta contra as violações de direitos humanos internacionalmente, além de ter inspirado o Grupo Tortura Nunca Mais no Brasil (Araújo, 2007).

O artigo de Kimberlé W. Crenshaw, Andrea J. Ritchie, Rachel Anspach, Rachel Gilmer e Luke Harris, intitulado *Say Her Name: Resisting Police Brutality Against Black Women*, de 2015, aborda a questão da brutalidade policial contra mulheres negras nos Estados Unidos. As autoras destacam que, enquanto os homens negros têm sido o foco principal dos movimentos contra a violência policial,

as mulheres negras têm sido esquecidas e sub-representadas nessas discussões. As autoras discutem como as mulheres negras enfrentam discriminação racial e de gênero, bem como outras formas de opressão, que os homens negros não experimentam da mesma forma. Elas argumentam que a brutalidade policial que as mulheres negras sofrem inclui violência sexual, prisões em massa, hostilidade policial e outras formas de violência institucionalizadas.

O artigo também destaca a necessidade de se prestar mais atenção à violência policial contra mulheres negras nos movimentos sociais e na mídia. As autoras defendem que é importante dar às mulheres negras uma voz, e reconhecer que elas são vítimas da violência policial, assim como os homens negros. Portanto, *Say Her Name* é uma chamada à ação para que as mulheres negras sejam incluídas nas discussões sobre violência policial e para que sejam tomadas medidas para protegê-las. Este trabalho fornece uma análise importante sobre o papel da raça e do gênero na violência policial nos Estados Unidos e encoraja a solidariedade entre as mulheres negras e outros grupos marginalizados.

Na dissertação de Catalina Sierra Rojas (2020), “As representações simbólicas e as narrativas de sentido e sem sentido como busca de luto nos eventos de desaparecimento forçado na Colômbia: o caso dos ‘falsos positivos’”, reflete-se sobre as representações simbólicas e as narrativas de sentido e sem sentido que emergem dos eventos de desaparecimento forçado na Colômbia, especificamente os casos de *falsos positivos*. Estes são casos em que membros das forças armadas colombianas assassinaram civis inocentes e os apresentaram como guerrilheiros mortos em combate, a fim de inflar suas estatísticas de sucesso na luta contra os grupos armados ilegais.

A autora argumenta que a busca pelo luto é uma das principais motivações por trás da criação de representações e narrativas. O desaparecimento forçado de um ente querido cria uma ausência física e emocional, tornando difícil para os familiares processar a dor e encontrar um caminho para a cura. Através da criação de símbolos e narrativas, os familiares podem dar voz ao seu sofrimento e, de certa forma, recriar a presença do ente querido desaparecido. A autora também examina as narrativas criadas pelas forças armadas colombianas e pelo governo para justificar os *falsos positivos*. Essas narrativas são uma tentativa de desacreditar as vítimas e justificar as ações das forças armadas, evitando assim uma responsabilização completa pelos crimes. No entanto, a autora argumenta que,

mesmo essas representações e narrativas sem sentido, têm um propósito maior, elas buscam negar o sofrimento das vítimas e de suas famílias, perpetuando a impunidade e a normalização da violência.

Já as pesquisas sobre o tema ganharam cada vez mais notoriedade no Brasil, a partir dos anos 90, época que marca o início do movimento no país (Alvin, 1995; Leite, 2004). O período de redemocratização após a Ditadura Militar, que impôs o regime de exceção sobre diversas pessoas, deu lugar aos executados da democracia que, até a atualidade, ceifa milhares de vidas (Sampaio, 2019), principalmente de jovens, negros, pobres e periféricos.

Marielle Franco (2017), no capítulo “A emergência da vida para superar o anestesiamiento social frente à retirada de direitos: o momento pós-golpe pelo olhar de uma feminista, negra e favelada”, afirma que “as mulheres negras, moradoras das periferias e faveladas, são ativas nos cenários políticos” e que a “luta/ativismo/militância protagonizados por elas conquistam dimensões fundamentais para avançar” por melhores condições de vida (Franco, 2017, p. 92). Já Vera Rodrigues e Mona Lisa da Silva (2020) afirmam a necessidade do fomento do feminismo negro, através “da formação de quadros de representação social e política”. Pensando na atuação de mulheres negras nos espaços públicos e privados, “tais como universidades, movimentos sociais, organizações governamentais e não governamentais” (Rodrigues, Silva, 2020, p. 5).

Em uma breve revisão bibliográfica, estes trabalhos nos mostram a necessidade de ampliar os estudos sobre essa temática e fortalecer a consolidação da contribuição desses movimentos para a transformação da sociedade em busca de memória e justiça. Atos que surgem como consequência do Terrorismo de Estado, servem de mote para grupos reivindicarem tais demandas políticas e sociais. Portanto, jornais e outros veículos de comunicação relatam casos de chacinas ocorridas no país e mostram a organização dessas mães e familiares contra a violência estatal.

3.2 Chacinas no Brasil: policiamento e disputa territorial

Ao longo da história do país, ocorreram diversas chacinas que mobilizaram vários grupos a irem do luto à luta, muitos desses revoltados perante a esses atos bárbaros e de impunidade.

O projeto Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo, desde 2018 realiza um detalhado levantamento de casos de chacinas em todo país. O estudo, intitulado *Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil*, analisa dados de notícias de jornal do período de 2011 a 2020, excluindo o estado do Amapá. Até agora, foram identificados 786 casos de chacina durante esses anos.

A pesquisa investiga vários aspectos das chacinas, incluindo os principais agentes sociais e instituições envolvidos, a repercussão dos casos na mídia, o perfil das vítimas e as consequências jurídicas. Os dados são acessíveis através do Painel de Dados das Periferias²³.

Os conflitos frequentemente associados às chacinas são retratados nas notícias como impulsionadores das execuções, com ênfase nas narrativas que envolvem policiais e outros agentes de segurança. Muitos relatos justificam as chacinas com base em suspeitas de envolvimento com tráfico de drogas, facções criminosas, ou conflitos armados, perpetuando estigmas sobre territórios e corpos racializados.

De acordo com o mesmo estudo, entre 2011 e 2020, foram mapeados 111 casos de chacinas relacionadas ao policiamento, tanto em serviço quanto fora dele. Os anos de 2019 e 2020 destacam-se como períodos críticos, com um aumento significativo de chacinas durante operações policiais e fora de serviço, perpetradas principalmente por grupos de extermínio.

A análise dos dados revela que as chacinas motivadas por operações policiais são mais frequentes do que aquelas associadas a abordagens de rotina. Quando os agentes estão fora de serviço, os grupos de extermínio são frequentemente os responsáveis. As notícias tendem a usar termos como *milícia* para descrever essas atividades, especialmente no Rio de Janeiro, enquanto em outros estados há uma falta de reconhecimento desses grupos.

Além disso, 90 chacinas foram registradas com suspeita de participação policial, incluindo acertos de contas, conflitos agrários, facções criminosas, feminicídios, entre outros motivos. Essas motivações mostram a diversidade de contextos e conflitos associados às chacinas, refletindo as especificidades regionais e a violência sistêmica.

23

Mais

em:

<https://fpabramo.org.br/reconexaoperiferias/chacinas-e-policiamento-reflexao-a-partir-do-painel-de-dados-de-chacinas-e-a-politizacao-das-mortes-no-brasil/>.

A pesquisa também destaca como o fenômeno das chacinas, especialmente aquelas envolvendo práticas policiais, revela padrões de violência extrema em territórios periféricos. Isso sugere uma continuidade de práticas brutais que se aliam a uma lógica colonial de opressão.

Iremos relatar alguns casos foram emblemáticos no país: “Chacina de Acari (1990)”, “Massacre do Carandiru (1992)”, “Candelária (1993)”; “Vigário Geral (1993)”; “Beco do Candeeiro (1998)”; “Chacina de Eldorado dos Carajás (1996)”; “Mães de Maio (2006)”; “Cabula (2015)”; “Mães do Curió (2015)” e “Chacina do Jacarezinho (2021)”, sendo que muitas dessas formas de violência perduram até hoje (Vianna; Farias, 2011).

Esses são apenas alguns exemplos de violência em massa que ocorreram no Brasil. Infelizmente, a lista é muito mais longa, e a violência continua sendo uma realidade para muitas comunidades em todo o país.

A Chacina de Acari, como foi denominada, aconteceu no dia 26 de julho de 1990, quando 11 jovens, dentre eles sete adolescentes, moradores da favela do *Acari*, no Rio de Janeiro, foram sequestrados de um sítio em Suruí, no bairro do município de Magé, onde passavam o dia, por pessoas que se identificaram como policiais. Os jovens foram levados para um local abandonado, assassinados, e, até agora, nem as vítimas ou os assassinos foram encontrados. Desde então, surgiu o Movimento Mães de Acari²⁴, que mobiliza a luta por justiça e expande essa denúncia no país e no mundo inteiro (Silva, 2018).

Em 1992, a Penitenciária de São Paulo (conhecida popularmente como *Carandiru*) foi o cenário de uma das maiores tragédias ocorridas no país. Oficialmente, os registros do Incidente de Carandiru apontam para 3,5 mil disparos de arma de fogo, resultando na morte de 111 pessoas e ferindo outras 110. Contudo, até o presente momento, os detalhes exatos do que ocorreu naquele fatídico 2 de outubro permanecem obscuros. O episódio de violência extrema ecoou internacionalmente e provocou debates sobre as falhas do sistema carcerário brasileiro que alcançaram amplas parcelas da sociedade. Como resposta à tragédia,

²⁴ Relato sobre as Mães de Acari. Disponível em: <https://almapreta.com/editorias/o-quilombo/maes-de-acari-30-anos-de-uma-luta-coletiva>. Acesso em: 22 mar. 2022.

o estado de São Paulo expandiu a capacidade prisional visando mitigar a superlotação²⁵.

A Chacina da Candelária aconteceu no dia 23 de julho de 1993, quando foram ceifadas as vidas de oito jovens de 11 a 19 anos, próximo à Igreja da Candelária, no centro do Rio de Janeiro. As vítimas eram pessoas em situação de rua que estavam dormindo durante o ocorrido e acabaram sendo vítimas dos policiais militares (PMs). Assim, foi criado o Movimento Candelária Nunca Mais²⁶ (Silva, 2018).

A Chacina de Vigário Geral aconteceu também no Rio de Janeiro, no dia 29 de agosto de 1993, tendo a comunidade sido invadida por cerca de 50 homens encapuzados e fortemente armados nas casas, que executaram 21 moradores. Nenhum dos executados tinha relação com o tráfico de drogas, todos trabalhavam e tinham endereço regular. Tudo indica que esse extermínio foi em represália à morte de quatro PMs, ocorrida no dia anterior, conhecido como *Catolé do Rocha*, sendo tal ação atribuída aos traficantes da localidade. A milícia de policiais era conhecida como *Cavalos Corredores*, por amedrontar a comunidade atirando. Depois de alguns meses, 13 policiais foram expulsos da corporação. Na época, a polícia foi à imprensa para falar que isso foi “um complô” contra a corporação que não tinha relação com o extermínio. E, desde esse período, dos 52 envolvidos com a chacina, apenas seis foram condenados, dois estão cumprindo pena e quatro soltos com *habeas corpus*. Um está foragido, cinco morreram e os demais foram absolvidos por falta de provas²⁷. No mesmo ano desses conflitos foi criado o movimento *Viva Rio*, que fortaleceu atividades contra a violência urbana (Silva, 2018).

No dia 10 de julho de 1998, ocorreu a chacina do Beco do Candeeiro, onde três adolescentes (de 13, 15 e 16 anos de idade) foram executados a tiros, por policiais militares, no Centro Histórico de Cuiabá (MT), com exceção de um deles, por ter conseguido fugir. Em 2014, somente 16 anos depois, o principal suspeito foi

²⁵ Relato sobre o massacre de Carandiru. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/sociedade/historia/noticia/2023/07/massacre-do-carandiru-o-que-foi-a-chacina-em-1992-no-presidio-de-sao-paulo.ghtml>. Acesso em: 15 abr. 2024.

²⁶ Acari, Candelária: mães pretas unidas na luta (midianinja.org). Disponível em: <https://midianinja.org/renatasouza/acari-candelaria-maes-pretas-unidas-na-luta/>. Acesso em: 22 mar. 2022.

²⁷ Geledés – Instituto Da Mulher Negra faz divulgação de conteúdos que defendem os direitos humanos e nesse caso faz denúncias das chacinas que ocorreram no país e no mundo. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/quanto-sangue-derramado-o-genocidio-do-povo-negro/>. Acesso em: 22 mar. 2022.

julgado e inocentado. Em memória a essa tragédia, na Praça Senhor dos Passos, existe uma estátua em homenagem aos três meninos, para que nunca mais aconteça um crime dessa natureza por ali. Além disso, o triste episódio foi publicado no livro intitulado *Beco sem Saída: A Chacina do Beco do Candeeiro 20 anos depois*. E a busca das mães por justiça continua atemporal²⁸ (Silva, 2018).

De acordo com um levantamento da Universidade de Harvard, entre 12 e 20 de maio de 2006, no Estado de São Paulo, 564 pessoas foram executadas, tendo havido participação de policiais na maioria dos eventos. Das vítimas, 50% eram negros, 96% do sexo masculino, 94% sem antecedentes criminais, 63% possuíam até 25 anos. O elevado número de assassinatos, e a atuação insuficiente da Justiça nos processos que visam responsabilizar os envolvidos, fez com que fosse criado o Movimento Mães de Maio, que se tornou ao longo dos anos um movimento social de combate aos crimes cometidos por agentes de Estado, construído principalmente pelos familiares das vítimas desse genocídio²⁹. O movimento já realizou várias publicações, como os livros *Mães de Maio: do Luto à Luta* e o *Memorial dos Nossos Filhos Vivos – As vítimas invisíveis da Democracia*, que fortalecem a denúncia e a memória de seus entes. Esse é um marco histórico de organização de mães e familiares vítimas do Terrorismo de Estado (Silva, 2018).

No dia 6 de fevereiro de 2015, ocorreu uma operação da polícia militar do Estado da Bahia, que envolveu nove agentes na Vila Moisés, no Cabula, comunidade da cidade de Salvador, onde foram executados 12 jovens que possuíam entre 16 e 27 anos. A impunidade é uma das principais marcas do processo de violência, nesse caso, o Departamento de Polícia Técnica (DPT), concluiu que não foi execução, mas, sim, confronto. Essa informação é contrária à investigação que o Ministério Público Estadual (MPE) realizou³⁰. As mães do Cabula continuam resistindo e em busca de respostas. Para que nunca se esqueça do ocorrido, foi criado o livro denominado *Ele sobreviveu com sua armadura de livros e*

²⁸ Globo, Estátua que lembra chacina no Beco do Candeeiro em Cuiabá deve permanecer após polêmica. Disponível em: <https://www.obomdanoticia.com.br/cidades/chacina-do-beco-do-candeeiro-e-contada-em-livro-reportagem/62763>. Acesso em: 22 mar. 2022.

²⁹ Brasil de Fato. Mães de Maio: a reação contra a violência do Estado. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/05/13/surgido-da-dor-maes-de-maio-se-tornam-referencia-no-combate-a-violencia-do-estado/>. Acesso em: 22 mar. 2022.

³⁰ Correio, Cabula: DPT diz que não há indício de execução e que houve confronto na Vila Moisés. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/cabula-dpt-diz-que-nao-ha-indicio-de-execucao-e-que-houve-confronto-na-vila-moisés/>. Acesso em: 22 mar. 2022.

letras, que, por meio da literatura, recupera o ocorrido da chacina e faz denúncia ao genocídio da população negra e periférica (Silva, 2018).

No dia 12 de novembro de 2015, no território da Grande Messejana, na periferia de Fortaleza, 11 pessoas foram assassinadas, sete feridas, todas do sexo masculino, nove tendo entre 16 e 19 anos. Nesse processo, chegaram a ser denunciados um total de 45 policiais militares, e foi acatada a denúncia contra 44, sendo todos preventivamente presos. A seguir, dez tiveram prisão revogada, mas posteriormente 43 deles foram libertos e apenas um ficou detido³¹. As Mães e Familiares do Curió realizam no mês de novembro uma série de ações – *lives*, *webinários*, seminários e sarau – de visibilidade e luta por justiça, além de possuírem um documentário intitulado de *Os Onze – A chacina de Messejana*, uma série de *podcasts* e o livro *Onze – Movimento de Mães e Familiares do Curió com Amor na Luta por Memória e Justiça*, que fortalecem a propagação da luta (Silva, 2018). O dia 25 de junho de 2023 é uma data histórica para o movimento, pois quatro policiais envolvidos na chacina foram julgados culpados.

No dia 06 de maio de 2021, o raiar do sol na comunidade do Jacarezinho, na Zona Norte do Rio de Janeiro, foi marcado por uma terrível tragédia, considerada a mais cruel da cidade. Durante um longo período, uma grande operação trouxe medo e morte para os moradores locais, resultando na morte de mais de 40 pessoas e deixando várias outras feridas. Além disso, os residentes denunciaram diversas violações de direitos, como invasões de domicílios, agressões, abusos de poder e execuções injustas. Diferentes grupos da sociedade civil, especialmente os movimentos locais e os defensores dos direitos humanos, têm pedido investigações para que os responsáveis sejam responsabilizados. É relevante destacar que esse massacre ocorreu em meio à Pandemia de Covid-19, apesar de uma decisão (ADPF 635) do Supremo Tribunal Federal que limitava as operações policiais nas comunidades do Rio de Janeiro nesse período. Nem mesmo a Pandemia ou a determinação do STF foram capazes de impedir a brutalidade cometida pela Polícia Civil. Os detalhes do incidente ainda estão sendo apurados.³²

³¹ Globo, Agiram friamente, diz MPCE sobre ação de PMs na chacina de Messejana. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2016/09/agiram-friamente-diz-mpce-sobre-acao-de-pms-na-chacina-de-messejana.html>. Acesso em: 22 mar. 2022.

³² WikiFavelas | Chacina do Jacarezinho - 06 de maio de 2021 Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php/Chacina_do_Jacarezinho_-_06_de_maio_de_2021. Acesso em: 15 abr. 2024.

Esse incidente gerou revolta junto à comunidade, que exige o fim da brutalidade policial nas áreas periféricas, e intensificou as discussões a respeito das estratégias de segurança pública nessas regiões, tanto nos meios de comunicação quanto nos grupos sociais e instituições governamentais. Há uma nítida discordância entre as versões apresentadas pelo governo e pela população: enquanto representantes locais apontam os frequentes abusos de poder contra os habitantes das favelas, o governador Cláudio Castro expressou pesar pelas vítimas, porém declarou em nota que “a operação foi fruto de um extenso e meticuloso trabalho de inteligência e investigação, que demandou dez meses para ser concluído”.

A recordação dos casos causa dor e indignação, ainda mais por ver que em todas essas execuções existe algo em comum: a impunidade. A força armada do Estado executa e não há justiça. A maioria dos executados são jovens, negros, pobres e de periferias. Boa parte desses casos é reconhecida como “autos de resistência” ou “resistência seguida de morte”, que é a justificativa utilizada para que agentes de segurança pública possam cometer crimes contra a vida sem que haja investigação³³.

3.3 Movimento Organizado

A luta por memória, justiça, direitos e reparação unificou diversas vozes no país, que estão marcadas pela violência produzida pelo Estado, por meio de seus agentes, por isso, organizaram uma rede nacional de mães e familiares que resistem a esse sistema opressor. Nesse sentido, a partir de 2016, ocorrem encontros anuais³⁴ da Rede Nacional de Mães e Familiares Vítimas do Terrorismo de Estado, sendo um momento de partilha das experiências de luta e resistência, organização e fortalecimento da busca por justiça. Tais eventos são protagonizados por mulheres, majoritariamente negras e pobres que vivem cotidianamente sendo coagidas, perseguidas e reprimidas pelo Estado. Essas pessoas buscam acesso a

³³ Câmara dos Deputados, Projeto de Lei 4471/2012. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=556267>. Acesso em: 30 mar. 2022.

³⁴ Brasil de Fato, Mães de Maio: a reação contra a violência do Estado. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/05/13/surgido-da-dor-maes-de-maio-se-tornam-referencia-no-combate-a-violencia-do-estado/>. Acesso em: 22 mar. 2022.

direitos básicos como acesso à memória de seus filhos e a garantia do direito de viver de outros jovens negros, pobres e periféricos.

Ao completar dez anos da ocorrência dos Crimes de Maio, em 2016, foi realizado na cidade de São Paulo (SP) o *I Encontro Internacional de Mães de Vítimas da Violência do Estado: Justiça, Reparações e Revolução!*³⁵, organizado pelas mães em luto e em luta, que fortaleceu a consolidação da rede nacional e das reivindicações e acolhimento do conjunto dessas mães e familiares que foram afetados pela ação violenta do Estado. Em 2017, nos dias 19 e 20 de maio, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), foi realizado o II Encontro que contou com a ampliação do movimento e uma intensa cobrança para a celeridade de projetos de lei que garantissem a reparação e o amparo às vítimas do Estado. Já em 2018, foi a hora de ocupar a cidade de Salvador (BA), durante os dias 16 a 21 de maio do mesmo ano, onde estiveram mães, familiares e vítimas de todo o país, da Colômbia e Estados Unidos (Silva; Andrade, 2022)³⁶.

Entre os dias 18 e 21 de maio de 2019, o encontro nacional foi realizado em Goiás e Brasília. Em 2020 o encontro estava programado para ocorrer no Ceará, mas por conta da Pandemia foi adiado para 2022.

Mesmo assim o movimento não parou. Em 2020 e 2021, durante o mês de maio, 14 coletivos de Mães de todo o país se mobilizaram na *Campanha Nacional de Mães por Memória, Justiça, Garantia de Direitos, Pão e Vacina para todos*³⁷.

A temática foi ainda tratada durante a 32ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), realizada em 2020 pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde foi apresentada a exposição intitulada *Em Luta: vítimas, familiares, terrorismo de Estado*³⁸. Em maio de 2022, foi finalmente realizado o V Encontro do movimento, na cidade de

³⁵ Site do V Encontro Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo do Estado. Disponível em: www.5encontronacional.wixsite.com. Acesso em: 20 maio 2022.

³⁶ SILVA, M. M. de O.; ANDRADE, S. II TRAVESSIA: Teias de Luta por Memória, Justiça e Direitos. **ANAIIS do XII COPENE** - Congresso de Pesquisadores/as - p 1112 -1128. Recife/PE: UFPE: UFRPE: UPE: UNICAP: IFSERTÃO, 2022.

³⁷ Brasil de Fato. Mães de todo o Brasil fazem campanha por justiça para seus filhos mortos pelo Estado. Disponível em: <https://www.brasildefatoce.com.br/2021/05/06/maes-de-todo-o-brasil-fazem-campanha-por-justica-de-seus-filhos-mortos-pelo-estado#:~:text=Durante%20o%20m%C3%AAs%20de%20maio%2C%2014%20coletivos%20de,filhas%2C%20muitas%20vezes%20v%C3%ADtimas%20de%20agentes%20do%20Estado>. Acesso em: 20 mar. 2022.

³⁸ Mais em: <https://catarininas.info/exposicao-destaca-a-historia-de-familias-de-vitimas-do-estado/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

Fortaleza, reunindo coletivos do país inteiro (Silva; Andrade, 2022). Em 2023, aconteceu em Vitória (ES) e, em 2024, em Recife (PE).

Quadro 1 – Encontros Nacionais de Mães e Familiares Vítimas do Terrorismo de Estado

Encontros Nacionais de Mães e Familiares Vítimas do Terrorismo de Estado	
2016	São Paulo
2017	Rio de Janeiro
2018	Salvador
2019	Goiás e Brasília
2020/2021	Pandemia
2022	Fortaleza
2023	Vitória
2024	Recife

Fonte: Elaboração autoral, 2024.

4 MÃES DO CURIÓ: MEMÓRIAS, DIREITOS E JUSTIÇA

Optei por iniciar pelas vozes que ecoam, pela experiência vivida antes da teoria, pela vida antes do conceito. Faço a escolha política e epistemológica da metodologia. “Nego” Bispo (2023), em *A terra dá, a terra quer*, afirma que os saberes das comunidades periféricas e negras são produzidos a partir de uma lógica biointerativa, que coloca a vida como referência central. Seguindo essa inspiração, compreendemos as narrativas das Mães do Curió não como simples “dados” de pesquisa, mas como conhecimento, elaborado no calor da dor, pelo luto e forjado na luta coletiva. São saberes que “começam pelo início”, como diria Conceição Evaristo (2007) ao falar da escrevivência: partem da carne, da perda, do corpo que não se esquece do filho que carregou. Assim, as entrevistas que se seguem não ilustram a teoria: elas a constituem.

O Movimento de Mães e Familiares do Curió é um coletivo formado após o dia 12 de novembro de 2015, em que 11 pessoas foram assassinadas, vítimas da violência policial. Essa data se tornou uma importante referência na luta e resistência contra a violência e o genocídio da juventude negra e periférica nas periferias de Fortaleza. Essas mulheres, mães e avós uniram-se para buscar memória e justiça para seus filhos, companheiros e amigos.

Através de uma entrevista semiestruturada, algumas delas apresentaram suas percepções sobre suas trajetórias na luta, dialogando a partir das relações de gênero, raça e classe. Elas são mulheres brancas e pardas, pobres e periféricas que enfrentam diariamente a violência institucionalizada. Sua experiência de luta é profundamente marcada por essas opressões interseccionais.

Essas mulheres enfrentam muitos obstáculos em sua luta, incluindo a falta de apoio do Estado, o receio perante a repressão policial e a criminalização dos seus filhos, das bandeiras de luta e até do próprio movimento. No entanto, elas permanecem firmes e fortes, na resistência, por memória, justiça e direitos. Elas inspiram outras mulheres a se unirem em luta e a se levantarem contra as opressões que enfrentam.

As mães que perderam seus filhos pela violência policial buscam por memória, justiça e direitos porque tiveram seus filhos assassinados por motivo torpe e de forma cruel. Elas querem que a memória de seus entes queridos seja preservada e valorizada, para que suas histórias possam ser contadas e lembradas.

Além disso, elas querem que os responsáveis pela morte de seus filhos sejam responsabilizados e punidos de acordo com a lei, e que medidas preventivas sejam tomadas para evitar que outros jovens sejam mortos de maneira arbitrária e violenta. Por fim, as mães buscam por direitos, como a garantia de uma investigação imparcial e transparente, assistência jurídica e psicológica, bem como apoio para diminuir a dor e o trauma causados pelo assassinato de seus filhos.

4.1 “Nossa jornada agora que começou”

Queria começar relatando parte da entrevista com a Maria Suderli Pereira de Lima, que possui 58 anos, filha de Terezinha Pereira de Lima (88 anos) e de Antônio Vieira de Lima (89 anos), casada, nascida e criada em Fortaleza, mora na mesma residência há mais de vinte anos, local onde nasceu e cresceu seus dois filhos. Sendo um deles vítima letal da Chacina do Curió, Jardel Lima dos Santos. No ano de 2023 sua filha fez 18 anos, e caso Jardel estivesse aqui faria 25 anos. Ela é integrante do Movimento Mães e Familiares do Curió, onde, desde 2015, iniciou a “luta por memória, reparação e justiça pela morte do meu filho e das outras vítimas da Chacina do Curió” (Mães do Curió *et al.*, 2021, p. 147).

Suderli diz que é fruto da *mistura*, pois o pai é branco e a mãe possui traços indígenas; ela se autodeclara parda, finalizou o segundo grau, que na época era definido como o ensino médio completo. Aposentada, mas esse ano foi chamada para trabalhar novamente na mesma loja, onde passou 33 anos:

Aceitei de bom grado, né? Até para me ocupar. Muito feliz pela receptividade das pessoas, porque 33 anos de trabalho você tem uma carga de conhecimento com as pessoas muito grande. Foi uma receptividade muito boa aqui, uma experiência, Graças a Deus, boas-vindas (Suderli Pereira de Lima, 2023).

Uma das primeiras perguntas é sobre a percepção de como elas se veem: Suderli se vê como uma “mulher que tem que ter atitude”, em especial, na luta, que deve sair da sua dor e ir em busca de justiça; que, caso tivesse se recolhido na dor, não teria chegado onde o movimento está chegando hoje.

Ela conta como começou a história dela nessa luta, na madrugada do dia 11 para o dia 12 de novembro de 2015, após a morte de seu filho. Ela se indigna lembrando que logo após a Chacina houve uma entrevista na televisão na qual

policiais apresentaram que as vítimas eram envolvidas com o tráfico e seria queima de arquivo.

Uma mãe tem seu filho inocente, escutando uma entrevista daquela foi como se ele tivesse matado meu filho outra vez. Imediatamente liguei para a emissora que estava dando a entrevista ao policial. Pedi a entrevista. Se propuseram na mesma hora e chegaram na minha casa... naquela noite, tive oportunidade de dizer pra todo mundo que meu filho é inocente (Suderli Pereira de Lima, 2023).

A partir dessa entrevista, Dona Suderli foi procurada nas redes sociais por movimentos sociais, entidades e órgãos, naquele momento foi seu marido que teve mais disponibilidade, pois a mesma estava com horário corrido de trabalho e ele de licença.

Hoje a rua aqui onde a gente mora, onde meu filho foi nascido e criado aqui dentro, no São Cristóvão, a rua tem o nome dele, Jardel Lima dos Santos. Ele fazia parte do Cuca Jangurussu, parte do futsal, ele era aluno de lá... (Suderli Pereira de Lima, 2023).

Quando falamos sobre memória, Suderli lembra que a memória do seu filho será pela vida toda. “Porque ele foi nascido aqui, eu vejo meu filho toda hora, a hora que eu entro, que eu saio, é como se a presença dele estivesse aqui 24 horas”.

A justiça é para que não deixem cair no esquecimento, nem as autoridades deixar que a justiça não prevaleça. Porque quando você tira um filho de uma mãe, eles achavam que nada ia acontecer com eles. Mas eles tiraram os filhos das mães erradas (Suderli Pereira de Lima, 2023).

Nesse sentido, dialogamos um pouco sobre as perspectivas do que seria o Júri e ela fala muito que não quer vingança, mas, sim, justiça, que os que foram acusados, caso não tenham sido eles, que possam provar e seguir o julgamento aos que de fato cometeram tal barbaridade.

Quando iniciei a discussão sobre gênero, a partir da sua visão, ela argumenta que acredita que não deveria ter essa desigualdade, que, particularmente, não interfere diretamente no seu dia a dia.

Relata que jamais imaginaria que aconteceria em sua própria casa, que via muita coisa pela televisão, mas nunca achou que poderia de fato acontecer. Que ninguém pode prever tal acontecimento...

Sua percepção a partir da raça dialoga muito com a falácia da democracia racial, na perspectiva da construção da identidade da miscigenação, reconhecendo a importância de não ter preconceito, ainda mais porque faz parte de uma “família misturada, mista”.

Quando conversamos sobre as perspectivas de classe, percebi uma maior aproximação com a discussão e pertencimento, refletindo os estereótipos perante os bairros e moradores das periferias, que. Infelizmente, há uma diferenciação, que os pobres, negros geralmente são criminalizados, julgados.

Em 2023, pela primeira vez desde a Chacina, as Mães e Familiares do Curió foram recebidas pelo governador do Estado do Ceará, Elmano de Freitas. Dona Suderli narra esse momento com visível emoção. Ao ser perguntada sobre os principais percalços nesses anos de construção do movimento, ela responde:

O nosso principal percalço é justamente provar para a sociedade que nossos filhos são inocentes... Eles ainda não foram julgados... O governo anterior nunca nos recebeu para poder ouvir a nossa história. Sempre nos recusou... Nos receberam agora há pouco tempo, se mostrou o lado humano dele, né? Até para conhecer nossa história pessoalmente. Então, olha aí. Todo mundo sente falta dos seus filhos (Suderli Pereira de Lima, 2023).

Ela reflete sobre a importância de o governo atual ter recebido e escutado os anseios das mães, ver as dificuldades que o movimento e os traumas causados até hoje impactam em cada uma, que todo mundo sente a falta dos seus filhos.

Quando perguntei como ela faz para seguir na caminhada, ela apresenta:

Procurar estar junto com elas, com a minha irmã, com a Maria, com Edna, com Ana, Catarina e com as demais, não é? Segurar na mão delas... Vai lá dar um abraço de força, vai outra, vai lá, pega na mão da outra e a gente procura... Nos unir?! Para tirar uma força da onde a gente não tem. Para dar força uma para outra. Porque nossa jornada agora que começou. Os 8 anos foi. E daqui pra frente, quanto mais ano vai ter? Você não sabe. O que eles puderem empurrar com a barriga e transformar. Não é ***** mais ainda porque nós estamos marcando firme e forte. Sem fraquejar, nenhum momento. Vamos, vamos todos juntos (Suderli Pereira de Lima, 2023).

Figura 18 – Maria Suderli Pereira de Lima



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

Figura 19 – Com Dona Suderli



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

4.2 “Eu tenho experiência de vida!”

A segunda mãe com a qual realizei a entrevista foi a Dona Edna Carla Souza Cavalcante:

Sou mulher pobre da periferia. Mãe por amor e dedicação de uma filha e um filho. Infelizmente a violência policial arrancou meu bem maior, meu querido filho Álef. Sou cuidadora de idosos e cozinheira por amor à profissão. Já fui doméstica, diarista e faxineira. Sou pregadora do evangelho, porque prego em favor da vida. Sou líder do Movimento Mães e Familiares do Curió e do Movimento Mães da Periferia: de Vítima Por

Violência Policial do Estado do Ceará. Faço parte do Movimento Cada Vida Importa, do Fórum Popular de Segurança Pública do Ceará e da Rede Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo do Estado. Sou defensora dos Direitos Humanos, e além de lutar por justiça para meu filho, luto pelas causas sociais, contra o feminicídio e o genocídio dos jovens pobres e negros/as das periferias do Estado brasileiro. [Isso pois] [...] defender a vida do próximo é tão justo quanto defender sua própria vida (Mães do Curió *et al.*, 2021, p. 146).

Dona Edna é uma pessoa muito espontânea, possui uma ótima oratória e gosta de nos envolver com suas histórias, frases fortes e com muita profundidade. Começamos a dialogar fazendo apresentação básica, nome, data de nascimento, escolaridade etc., aí uma das coisas que mais me chamou a atenção nesse início foi a percepção racial dela. Ela começou falando que deveria seguir o registro de nascimento, no qual tem branca, mas ela preferia se colocar como parda, porém, reafirma o lugar social enquanto branca, mostrando um letramento racial do seu lugar de pertencimento étnico.

Logo após, ela vem contando sobre o trajetória dela, que sempre teve muita força de vontade, e que aos 17 anos saiu do interior e veio pra Capital para ser babá, mas a patroa não se deu bem muito com ela, pois ela era muito arrogante e Dona Edna também não deixava ficar por baixo... Mandou ela embora e acabou tendo que voltar para o interior, contudo no mesmo dia voltou para Fortaleza, pois sua mãe disse que queria lhe ver morta, mas ela disse que prefere viver e acabou com o pouco dinheiro que tinha e ficou por Fortaleza, na casa de amigos, e conseguiu um trabalho. Ela vai contando das aventuras na Capital, a ida aos forrós, às “macumbas”, em “eu fui pra todo canto que eu tinha direito e pronto, sabe?”.

“Eu tenho experiência de vida!”. Ao contar sobre como foi sua vivência na escola, Dona Edna vai constatando que tinha uma vida bem agitada no colegial, que *gazeava* aulas, que foi até expulsa de uma escola particular, que as freiras diziam que iriam mandar nelas e ela retrucava: “Quem vai mandar em mim?”. Mostrando que, desde nova, já tinha uma personalidade com muita intensidade e que essa efervescência faz parte até os dias de hoje.

Vai contando que tem orgulho de ter sido cuidadora há mais de 25 anos, apesar da desvalorização, foi esse trabalho que “graças a Deus” lhe rendeu oportunidades. Mas que hoje ela é pesquisadora, que trabalha também na

militância, em projetos, com bolsas e ações que melhoram o acesso à renda dessas mulheres. “Eu escrevo também, viu? Muita gente tem até preconceito, que eu mesmo com pouco estudo sei ler e escrever bem” (grifo meu).

E como você se vê, Dona Edna?

Eu me vejo hoje como a mãe de uma adolescente, Vivo, na luta! Porque o meu filho, ele não morreu, certo, mataram a carne dele. Tiraram a presença dele daqui da terra, mas ele continua vivo e caminhando comigo, pra onde eu vou. Eu me vejo como uma mulher que ressi... ressignificou! Ressignificou o luto, certo. E transformei esse luto em coisas boas. Hoje, eu não chorei pela morte do meu filho, você sabe por quê? Porque o meu filho tá nas mãos da periferia. O meu filho tá em você. O meu filho está em todas as pessoas que se aproximam de mim. O meu filho está em todas as minhas conquistas. Sem ele, eu não conquistava nada. E eu não conquisto pra mim, eu conquisto pros outros. Então, o meu filho são as minhas conquistas. Então, se eu chorar pelo meu filho, pela morte dele, eu estou sendo injusta com o que ele fez na minha vida. Por tudo que ele fez. Agora eu choro pela injustiça. Por quem matou, por não ter a justiça. Então, eu choro pela falta de justiça. Eu não consigo perdoar o Estado e não consigo perdoar a polícia que matou o meu filho. Por quê? Porque a polícia que matou o meu filho, ela é paga por todos nós. Um periférico não pode ser morto pela polícia que é paga pelo próprio pai do periférico, pela própria mãe do periférico. Não pode. Então, essa ilegalidade, essa ilegalidade das mortes, essa ilegalidade da justiça e essa ilegalidade das mortes é que eu choro. É que eu busco por justiça. Então, hoje, eu sou uma mulher que cheguei a ser pesquisadora sem ter estudo, sem ter formação acadêmica. E tudo isso, eu atribuo ao meu filho. Eu atribuo ao meu filho. Hoje, eu faço por mim e por ele. Hoje, eu sorrio por mim e por ele. Hoje, eu faço tudo que eu faço, todas as conquistas que eu faço. Quando eu termino, eu digo, meu filho, isso é teu. Essa conquista é tua! (Cavalcante, 2023).

Emocionante o relato e como Dona Edna expressa a vitalidade da memória de seu filho, das conquistas coletivas, da força que ele deu para que ela continue nas batalhas, da indignação perante as injustiças... Logo depois ela fala que não quer ser uma *guerreira*, pois guerreiras pagam um preço muito alto, muitas críticas, ela se vê como potência.

A trajetória de Dona Edna ressoa com o que o filme *Estrelas além do tempo* (2016) narra sobre mulheres da NASA: quando postas em ambientes estruturalmente hostis, não apenas sobreviveram, mas produziram conhecimento e transformaram a história. A metáfora é potente para pensar as Mães do Curió, pois

são mulheres periféricas que, colocadas à margem, tornaram-se pesquisadoras, ativistas, produtoras de saber e agentes de transformação política. Suas conquistas não apagam a dor, coexistem com ela, como Dona Edna enuncia com precisão: "Hoje, eu sorrio por mim e por ele".

Ela vai relatando como foi o processo de construção das lutas, dizendo que existem os *estágios da dor*, que os primeiros seis meses foram horríveis para todas as mães. Pois "a gente não compreendia nada", mas com o tempo foram compreendendo coletivamente, através das redes de parcerias e cuidados.

Então, tem uma fala minha que eu disse, em um *podcast*, que eu disse assim: eu tive que parir o meu filho novamente, só que dessa vez, foi muito mais dolorido do que parto no normal. Tive que parir ele psicologicamente. Tive que parir ele do coração. E esse parido que eu tive que ter, foi muito doloroso... (Cavalcante, 2023).

Dona Edna fala um pouco sobre como ela se vê, dizendo que perdeu a identidade, pois agora é mãe de um jovem morto, é uma mãe do Curió, uma mãe da periferia... E que isso tem um peso muito grande, pois "ninguém pariu filho para ser morto pela polícia", já que o papel da polícia é garantir a vida de toda a sociedade.

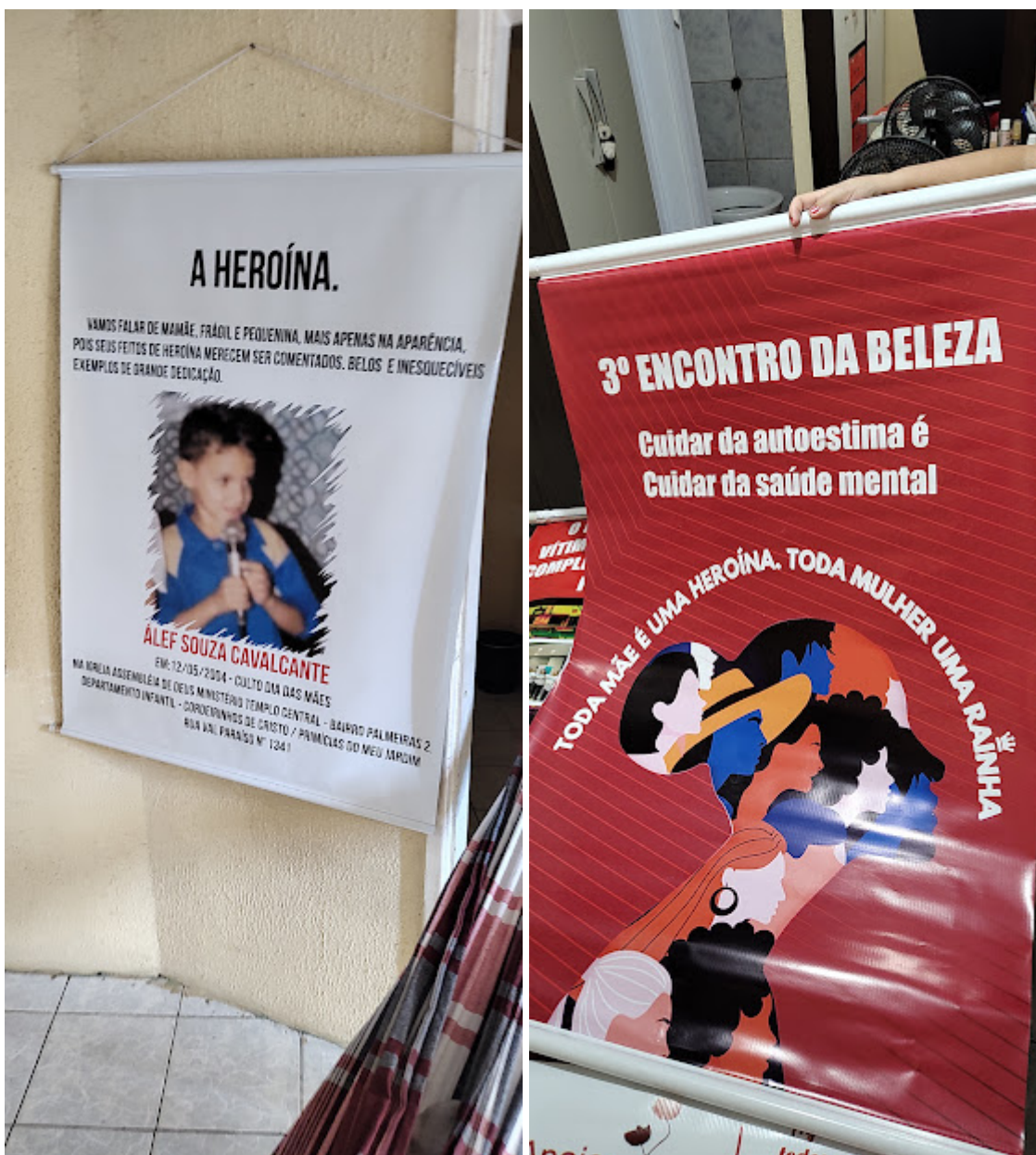
Dialogando sobre a memória ela apresenta que as bandeiras que ela leva são em nome de Álef, as pesquisas, as lutas, tudo isso faz parte de um resgate. Que a luta pela saúde mental das mães também é a garantia de memória. E que sonha que a justiça seja realizada, que o Estado seja condenado e que essas atrocidades jamais voltem a acontecer, que o júri seja consciente.

Um dia desse, vi muitos jovens que estavam na chuva, com a mochila, outros se agasalhando debaixo daqueles abrigos lá do ônibus. E as lágrimas desciam... Sabe por que as lágrimas desciam? Porque eu disse, poxa... Esses meninos aí... estão correndo atrás do seu futuro. Se ele chegar nesse momento na periferia, e se tiver uma viatura, eles não vão ver os livros deles. Eles não vão pedir para ver os livros deles. Eles não vão pedir nada. Eles vão chamar esses meninos de vagabundo. Ou até matar. Então... Sabe, eu acho que o que mais me dói... é ver jovens morrendo na periferia. É o que mais eu sinto dor. Porque cada jovem na periferia que morre... eu sinto a dor do meu filho. Nessa hora eu sinto. Sabe, então... É o que mais me dói, é o que mais me chateia, é o que mais me deixa triste. É isso porque... Por que o jovem pobre periférico não tem o direito de viver? Por que ele não tem o direito de estudar? Por

que ele não tem o direito de ser doutor? Quantos jovens da periferia... Se a polícia fosse bater de casa em casa... e dizer o que você quer ser... Eu tenho certeza que nenhum ia dizer assim eu quero ser bandido. Eu tenho certeza. E todos iam dizer: eu quero ser doutor, eu quero ser professor, eu quero ser médico, eu quero ser isso, eu quero ser aquilo. Sabe o que mais me dói? É que muitos jovens querem ser policiais e a própria polícia mata. É um absurdo. Meu filho, ela vai ser policial. Militar, o avô dele para a fé. Ela é policial militar. E eu queria que meu filho servisse ao exército brasileiro. Porque eu acho que ela é tão bonita. Hoje... Nada mais que um veste farda. Que seja da polícia, que seja... Polícia florestal, polícia ambiental. Nada para mim tem mais sentido. Você sabe por quê? Porque foram fardados que mataram o meu filho. Então é isso. Então me dá muita dor. Me dá muita dor (Cavalcante, 2023).

A dor expressa e reflete um profundo pesar diante da injustiça e da violência enfrentadas pelos jovens das periferias. É uma dor que surge ao testemunhar a luta desses jovens pela educação e por um futuro melhor, apenas para serem estigmatizados como criminosos ou, pior ainda, perderem suas vidas nas mãos da polícia. A perda pessoal torna essa realidade ainda mais devastadora, especialmente quando se pensa que até mesmo o desejo de alguns jovens de se tornarem policiais é corroído pela realidade de brutalidade policial. A farda, que simboliza proteção e ordem, se transforma em um símbolo de tragédia e perda.

Figura 20 – Banners de Dona Edna Carla Souza Cavalcante, em memória do filho Álef Souza Cavalcante e pelo 3º Encontro da Beleza das Mães do Curió



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

4.3 “E eu acordei naquele momento para a realidade da vida”

A terceira mãe com a qual realizei a entrevista foi a Dona Sílvia Helena Pereira de Lima:

Moradora do Curió, antifascista, antirracista, feminista, mãe de três filhos; destes, dois são sobreviventes da Chacina do Curió; tia de Jardel Lima dos Santos, cruelmente assassinado no

mesmo episódio, no qual meus filhos sobreviveram. Além disso, sou avó de três lindas meninas, que enchem meus dias de alegrias. Formada em teologia pela Faculdade Teológica, integrante do coletivo Mães e Familiares do Curió, participante do Fórum Popular de Segurança Pública do Ceará (FSPC), e integrante do Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos (PPDDH). Atuo na luta contra as diversas opressões, a favor da liberdade e do direito à vida, de crianças e jovens. Realizo trabalhos de ajuda humanitária, debatendo assuntos como igualdade periférica e humanitária (Mães do Curió *et al.*, 2021, p. 148).

Começamos a entrevista falando que que a Samara Andrade, minha amiga de longas datas, que tinha sido ela que me apresentou a Dona Sílvia, lá no Cedeca, a partir dali acompanhei mais próximo a dinâmica do movimento e as suas relações. *Como você se vê?*, perguntei e ela respondeu:

Eu me identifico como preta. Apesar de algumas pessoas até me questionarem sobre isso. Ah, você é parda. Parda é o quê? É preto. Não é branco, então... (Sílvia Helena Pereira de Lima, 2023).

A autoafirmação como “preta” mostra a importância da construção da identidade e a percepção de como se define, se percebe, em contraste com outras categorias sociais. Mas também como a heteroidentificação faz parte da análise do fenótipo, sendo que ela rejeita a proximidade com a identidade branca, ou a própria construção da identidade parda, reforçando que ela não se identifica com essa racialidade e reafirma a sua identidade negra como uma parte fundamental.

Como eu me vejo sempre foi uma questão meio, complexa, né? Eu nunca me observei. Ou não havia me observado antes, né? De um determinado tempo pra cá é que eu me observo mais. Eu sempre me achei muito passiva. Nunca fui de questionar nada, de ir atrás de nada, de procurar direitos nenhum. Sempre achava que, da maneira que eu vivia, estava bom, estava tranquilo. Hoje em dia eu já me vejo diferente. Eu já me vejo mais lutadora [...] (Sílvia Helena Pereira de Lima, 2023).

Dona Sílvia compreende que como ela se vê é algo complexo e profundo, algo que antes não estava totalmente nítido para ela. Recentemente, começou a refletir mais sobre si mesma, entrando em um processo de autoconhecimento que

está ajudando a se compreender melhor. O processo que passou fez com que ela fosse menos passiva, pois aceitava as coisas sem questionar muito e não se preocupava necessariamente em buscar seus direitos ou fazer mudanças. Após o ocorrido, ela se vê como alguém mais ativa e corajosa, lutando pelo que acredita e buscando mudanças. Atualmente, está se empoderando politicamente, lutando pelos seus direitos e fazendo a diferença.

Eu via as notícias na televisão, na mídia, e naquele momento eu ficava indignada com aquela situação de alguma coisa, que fosse de racismo, que fosse de assassinatos. Independente do que fosse, contra os direitos, eu ficava indignada. Mas, era só isso. Depois que eu desligava a TV ou que eu jogava jornal fora, eu me importava mais com aquela situação. E, hoje em dia, as situações me incomodam. Quando eu vejo essas situações, como foi colocado aqui, sobre racismo, principalmente umas coisas que mexem muito comigo... (Sílvia Helena Pereira de Lima, 2023).

Aqui Dona Sílvia apresenta a indignação genuína, mas é descrita como uma resposta momentânea, pois não havia um engajamento contínuo com a situação. Após o contato com a notícia, a preocupação diminuía, evidenciando uma desconexão entre a reação emocional e a ação efetiva. Interessante como a percepção muda como reage às injustiças sociais. A mudança de uma indignação passageira para um sentimento mais duradouro e inquietante sugere um aumento na consciência e um potencial movimento em direção a um envolvimento mais ativo e comprometido com as lutas e com o combate às opressões.

E, assim, a minha história nessa luta, dessa luta das mães do Curió, ela veio nem necessariamente pelo assassinato do meu sobrinho, nessa chacina. Mas pelo meu filho, que foi um sobrevivente. Que foi, não, que é um sobrevivente. A minha filha também é. Só que o meu filho foi atingido 12 vezes. Teve 12 disparos no seu próprio corpo. Hoje em dia ele ainda tem projéteis alojados no corpo. E não é só um. Isso, 12 projetos que foram tirados. Ainda tem projetos no corpo. Quando isso aconteceu, que eu percebi que aquilo poderia acontecer na minha casa, na minha família, na minha calçada, como foi o caso. Eu percebi que a minha bolha que eu imaginava que vivia no redondo de vidro, ou sei lá o que era, que eu imaginava na minha mente, que não era daquela forma. Aquelas coisas poderiam acontecer com qualquer pessoa. Estava acontecendo comigo, com a minha família, com pessoas que eu conhecia. E foi muito impactante aquele momento. Naquele momento que eu fui a primeira pessoa a chegar ali. E que eu vi aqueles homens no chão. E que eu

percebi que eles estavam sem vida. E que eu percebi que o meu filho me chamava.... E que eu não pude ir até ele. Porque eu não tinha condição de ir. Mas a minha não ter condição de ir não era porque eu não quisesse, eu tivesse medo dele morrer ali nos meus braços. Era porque eu sabia que eu tinha que avisar a mãe dos outros. Eu tinha que ligar para a polícia porque aquilo tinha acontecido. Até então ninguém sabia o que tinha acontecido, o que tinha feito. Eu tinha que buscar um SAMU. Ou seja, eu tinha que agir. Foi como se eu tivesse acordado. Eu passei a minha vida inteira dormindo. E eu acordei naquele momento para a realidade da vida. Essa luta me trouxe isso (Sílvia Helena Pereira de Lima, 2023).

A violência sofrida por seu filho, marcada pelos 12 disparos e os projéteis ainda alojados em seu corpo, não é apenas uma estatística de violência urbana, ou uma lesão física, mas um trauma emocional imenso para ela e sua família.

A imagem dela chegando ao local da Chacina, encontrando os corpos sem vida e sentindo a impotência de não poder socorrer seu filho imediatamente, ilustra um momento de profundo desespero... A dor de ver o filho ferido e não poder abraçá-lo é uma sensação devastadora, marcada pela sensação de estar presa entre a necessidade urgente de agir e o sofrimento pessoal.

A decisão de ligar para a polícia, informar outras mães e buscar ajuda médica mostra a força e a determinação em meio ao caos. Isso revela um papel proativo e responsável, apesar da dor e do trauma. Sua reação é um exemplo de resiliência em face da adversidade, onde ela não permite que o desespero a paralise, mas, ao contrário, a impulsiona a tomar ações práticas e necessárias.

A percepção de que a violência pode atingir qualquer pessoa, incluindo ela mesma e seus entes queridos, marca um despertar doloroso. Este *acordar* para a realidade, onde a violência se torna uma ameaça real e iminente, é uma transformação que vai além da experiência individual para se tornar uma motivação para o ativismo. Esse choque inicial leva a uma compreensão mais profunda e a um engajamento na luta contra a violência, transformando a dor pessoal em uma causa maior.

Ao se envolver na luta das mães do Curió, ela não está apenas buscando justiça para seu filho, mas também se tornando um agente de mudança para outras vítimas. A transição de uma resposta passiva para uma ação direta e consciente demonstra uma evolução significativa em sua vida. A experiência a leva a se

posicionar ativamente contra a violência e a trabalhar para criar um impacto positivo na vida de outras pessoas afetadas.

Essa jornada de transformação é uma vitalidade da capacidade humana de enfrentar e superar o trauma, convertendo o sofrimento em uma força para a mudança social. A dor e o sofrimento pessoais não a paralisam; em vez disso, se transformam em um combustível para lutar por justiça e por um mundo mais seguro para toda a população.

Dona Sílvia conta que a disputa sobre a memória é cotidiana, que é necessário contrapor as falsas narrativas, que não podemos apenas ter a memória dos entes nas nossas vidas, no nosso coração, nos nossos familiares, mas, sim, em toda a sociedade. “Quem vai lembrar e como vai lembrar?”, diz. Ela relata ainda uma discussão que teve dentro de um ônibus, de algumas pessoas questionando a mudança do nome das ruas:

Vinha no ônibus e vinham algumas pessoas atrás de mim. Comentando que a rua tinha sido mudada. Que estava ruim para eles, não sei o que. E que hoje em dia era nome de bandido. Que aquele menino estava fazendo ali, não sei o quê... Eu sempre gostei de sentar na cadeira alta, mas naquela cadeira alta mais atrás. Só me virei assim. E falei, aí perguntei para ela. Vocês sabem quem é? Conhece esse rapaz? Não, a senhora, conhece? Eu conheci todos os homens que morreram na minha calçada. Independente de eles terem envolvimento ou nenhum. Qualquer envolvimento que eles viessem a ter. O que não é o caso de nenhum deles. Não justificava eles serem executados. A senhora, óbvio... Não, mas me desculpa, não sei o que. Não tem desculpa para esse tipo de coisa. Tem você reconhecer as bobagens que você está dizendo. Você... Se tem alguma dúvida, vai pesquisar. Vai na mídia. Vai ouvir, vai ler. Faça alguma coisa. Aí me virei e ela ficou lá comentando (Sílvia Helena Pereira de Lima, 2023).

Dona Sílvia critica a falta de conhecimento e a superficialidade de como as pessoas tratam questões graves como a violência. Por isso ela se posiciona contra a injustiça e a desinformação, defendendo a memória desses jovens e lutando contra a sua criminalização. Ao confrontar diretamente o preconceito e a ignorância, ela demonstra uma profunda resistência e um compromisso em promover uma compreensão mais justa e empática das realidades enfrentadas por sua comunidade.

O afeto é um eixo central das narrativas das mães. A raiva, o luto, a esperança e a indignação são atravessadas nos relatos de Dona Sílvia, Dona Edna, Dona Suderli e Dona Maria, mas não são apenas expressões emocionais individuais: são, conforme a antropologia das emoções (Lutz; Abu-Lughod, 1990; Rezende; Coelho, 2010), construções sociais e culturalmente situadas que organizam práticas, mobilizam coletivos e conferem sentido à ação política. A indignação e a raiva são combustíveis, movendo Dona Edna das lágrimas à pesquisa, impulsionando Dona Sílvia do silêncio ao confronto no ônibus. Audre Lorde (2019) já nos ensinava que a raiva das mulheres negras diante do racismo é informação e energia, que não deve ser reprimida, mas transformada em ação. É exatamente esse processo que as Mães do Curió constroem e vivenciam.

Figura 21 – Com Dona Sílvia Helena Pereira de Lima



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

Figura 22 – Confraternização com as Mães do Curió



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

4.4 “Eu me encontrei junto com as mães”

Dona Maria de Jesus é de fato a mais vaidosa entre elas, quando a gente se encontra ele me pede pra tirar várias fotos dela, fico feliz que apesar de tudo que passou ainda luta para garantir sua autoestima, vaidade e bem-estar.

Eu sou uma mulher muito vaidosa, gosto de diversão, de passear, de cuidar do meu cabelo e de uma boa roda de conversa. Tenho orgulho de ser quem sou e de valorizar a beleza da vida. Sou forte na minha fraqueza, eu sei lutar pelo que acredito, mesmo com lágrimas nos olhos, porque ninguém consegue parar uma mulher de luta. Acredito na defesa dos direitos das mulheres e dos seus ideais. Depois do que aconteceu com meu filho, que era muito importante pra mim, minha luta hoje é pelos direitos dele, por memória e por justiça, até o fim (Mães do Curió *et al.*, 2021, p. 147).

Ela se vê como uma pessoa muito esforçada, expressando um forte senso de determinação e fé em suas lutas e objetivos. A menção a Deus como fonte de permissão e orientação reflete uma dimensão espiritual que a pessoa considera crucial em sua vida.

Eu me vejo assim, como pessoa, assim... Eu sou uma pessoa muito esforçada. Eu não tenho um limite que quando eu quero uma coisa eu consigo. Primeiramente de tudo, eu peço permissão, que é o meu Criador, que é Deus. E eu tenho segurança das coisas que eu vou atrás. E tudo que eu quero na maneira do possível. Eu tenho certeza que não é só eu, mas todas as pessoas que querem os seus objetivos conseguem querendo, com força e vontade (De Jesus, 2023).

No relato a seguir, Dona Maria analisa os oito anos de luta que enfrentou ao lado de outras mães. Que o pertencimento e união guiam o grupo, reconhecendo que toda essa caminhada foi marcada por um esforço coletivo significativo. Apesar das dificuldades individuais, a força vem da união e do trabalho de grupo. Ela destaca o esforço coletivo, reconhecendo a contribuição de pessoas boas e o impacto positivo desse apoio na sua vida. O fato de haver alcançado um julgamento justo foi esperado e valorizado após anos de luta.

Há esperança de que o trabalho contínuo do grupo possa trazer mais resultados positivos e alcançar mais objetivos, e que, apesar dos desafios, o esforço e a colaboração têm gerado frutos e a luta ainda está em andamento. Mostra, assim, a importância da solidariedade e do apoio mútuo em uma luta por justiça e mudança. A satisfação com as conquistas, mesmo que parciais, é um testemunho do impacto que o coletivo pode ter na busca por resultados e reconhecimento.

Minha história nessa luta. Durante esses oito anos que nós vamos estar de luta, para eu ter uma reflexão de luta, de vida, eu me encontrei junto com as mães. Eu acredito que todos nós formamos em si um coletivo. Por isso que eu acreditei e acredito que esses oito anos de luta que nós tivemos, na minha repercussão de vida, que só uma andorinha não faz verão. Isso. E outra que eu achei nesses oito anos é que nós tivemos muito esforço. Não vou falar só de mim, mas como todas as mães. A gente teve esforço, teve a ajuda de pessoas boas. A gente teve, assim, não vou citar nomes, que são muitas pessoas. E outra coisa, a narrativa de todos foi que a gente conseguiu algo bom. Que nessa história teve um resultado do primeiro julgamento. Que foi uma coisa muito boa para a gente.

Que a gente já esperava durante esses oito anos. E também espero mais que o coletivo, que eu como mãe e como representante e eu queria que fosse uma coisa mais... Tá dando, tá dando (De Jesus, 2023).

Dialogando sobre memória, Dona Maria compartilha a complexidade de sua relação com o tema (memória), abordando como diferentes aspectos da lembrança influenciam sua vida e seu processo de cura. Ela expressa que, para ela, a memória é um campo cheio de contrastes: há memórias dolorosas que trazem tristeza e outras que são fontes de aprendizado e crescimento.

A memória do filho é uma dor profunda, mas também uma fonte de sabedoria e inspiração. A dor da perda é transformada em um motivo de luta e busca por justiça. Você vai percebendo o carinho e relação que ela teve com seu filho, que possuía um vínculo profundo e contínuo com ele, destacando como ele é uma fonte de motivação e uma referência constante em sua vida.

Ela também menciona como suas experiências de vida e viagens estão ligadas à memória de seu filho. Ao chegar a determinados lugares, ela se sente conectada com a presença dele e expressa que o filho é uma parte fundamental de sua identidade e discurso. A memória do filho não é apenas um reflexo do passado, mas um elemento ativo e vivificante que molda sua vida e sua voz.

Memória, eu... Eu sou assim, uma pessoa que não gosta muito de falar na memória. Porque tem memória pra mim, que me machuca. E outras me trouxeram, assim, um crescimento. Essa memória do meu filho, ela trouxe mais sabedoria pra mim. Porque a memória representa três coisas na minha vida. Eu não quero saber de muitas coisas da minha infância. Porque isso me traz muita tristeza. E memória por buscar justiça pelo meu filho. E outra, assim, eu fico... Não tem só um dia na minha vida que eu fique lembrando, pensando, assim... Como eu já viajei, aí às vezes quando eu chego no campo, aí eu falo essa palavra assim. Eu tô representando o Renailson. Isso aqui é o Renailson. Isso aqui tudo é o meu filho. Porque sem ele, dentro da minha memória, muitas coisas da minha vida, eu não tinha conseguido. Por ele eu tive que ter essa memória. E o meu filho, pra mim, ele é a referência. Ele é memória pra mim. Em tudo. Nas minhas palavras, eu vou deixar uma palavra assim. O Renailson é tudo que ele representa, em tudo que eu falo, ele sempre vai ser a minha memória. Ele é a minha memória (De Jesus, 2023).

Dona Maria fala sobre a profunda frustração e desgosto dos posicionamentos dos policiais no primeiro júri. Ela diferencia nitidamente sua busca por justiça do desejo de compensação financeira, enfatizando que, para ela, o que realmente importa é a justiça efetiva e o reconhecimento das graves injustiças realizadas na noite do 11 de novembro.

Ela se refere como tendo sido um teatro alguns depoimentos da defesa, expressando seu desgosto com a falsa retórica apresentada por aqueles envolvidos. Dona Maria ilustra seu desconforto emocional e psicológico, que *chega a ficar* com o estômago embrulhado, por conta da dor e da indignação que ela carrega diante das falas que ocorrem.

Porque nós fomos buscar a justiça. Não foi por causa de dinheiro, não. Porque isso nem flui nem contribui pra mim. Eu como mãe do filho que foi vítima fatal. E outra. Pra mim o que influi é ter justiça. Você tá entendendo? Justiça por que já foram presos, condenados e justiça os que vão ser ainda. Você tá entendendo? Porque pra mim não foi favorável ainda. Porque eles chegam e fazem aquele teatro. A gente teria que ouvir aquilo ali porque o estômago o meu estômago passou uma semana na maneira entre aspas congestionada de tanta mentira que eu ouvi deles. Porque o que eles falaram não me representou em nenhum momento. Isso não existe. Porque na verdade eles teriam que ter naquele dia ali aqueles meninos que estão pedindo ajuda. Meu filho pedindo pelo amor de Deus pra ele não fazer o que ele fez. Aquilo ali pra mim não me representou. Eu como mãe. Eu escutei também. Eu fiquei enojada mesmo. Uma coisa assim que aliás pra mim mesmo eu achei aquilo ali um deboche. Só como a gente e eu sou uma pessoa muito educada eu tive que engolir tudo aquilo ali. Engoli, mas depois eu tive que vomitar. Porque o meu estômago embrulhou por dentro (De Jesus, 2023).

Finalizando a entrevista, eu perguntei o que mais lhe marcou nesses oito anos de luta. Ela apresenta três coisas, ela fala do momento de ter que enterrar seu filho, que é um fato totalmente traumático e irreversível. A segunda sobre a fé que a justiça chegará e que não é apenas pelas leis humanas e pelos sistemas judiciais, mas, sim, pela justiça divina. E, por fim, fala sobre a gratidão e força de continuar na luta.

Três coisas que me marcou. Foi quando eu fui enterrar o meu filho que eu não acreditava que meu filho estava morto. Que a

dor é uma coisa é um sentimento que ele jamais ele nunca vai apagar da memória de uma mãe, você enterrar o seu próprio filho. E outra a segunda é que eu sempre acreditei que ia existir justiça sim, mas pra mim a justiça mais favorável que ela demora, mas quando ela chega em placar é a de Deus. Essa você pode ter certeza que ela não vai bater na porta, não. Ela vem quando você menos espera. É o que não é, eu não é a minha vontade, não é a vontade está lá no nosso superior que é o nosso pai, que é Deus. Que esse direito que eles tiraram naquela noite no dia 11 de novembro de 2015 esse direito não foi dado pra eles. Porque só tem uma coisa: Deus dá o direito à vida e ele mesmo tem o direito a tirar. Não foi dado esse direito para eles. Esse poder. Eles não tiveram. Mas é a última é todos os dias da minha vida é Deus, que é meu testemunho que eu me levanto e digo assim meu Deus do céu, graças a Deus que eu estou mais uma vez, você está me dando essa oportunidade pra eu lutar. Porque sem a vontade dele eu não amanheço nem acordada mais. Mas ele vê que eu sou uma pessoa esforçada, ele me lembra todos os dias dessa minha vida (De Jesus, 2023).

Figura 23 – Com Dona Maria de Jesus



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

Figura 24 – Confraternização com as Mães do Curió (2)



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

Figura 25 – Confraternização com as Mães do Curió (3)



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

4.5 O Júri do Curió

A Chacina do Curió ocorreu entre a noite do dia 11 e a madrugada do dia 12 de novembro de 2015, no Conjunto Curió, bairro da Grande Messejana, em Fortaleza (CE). Foram executadas onze pessoas: Alef Souza Cavalcante, 17 anos; Antônio Alisson Inácio Cardoso, 17 anos; Francisco Enildo Pereira Chagas, 41 anos; Jandson Alexandre de Sousa, 19 anos; Jardel Lima dos Santos, 17 anos; José Gilvan Pinto Barbosa, 41 anos; Marcelo da Silva Mendes, 17 anos; Patrício João Pinho Leite, 16 anos; Pedro Alcântara Barroso do Nascimento Filho, 18 anos; Renayson Girão da Silva, 17 anos; e Valmir Ferreira da Conceição, 37 anos. Segundo a denúncia do Ministério Público do Ceará, os crimes foram perpetrados por policiais militares em serviço e em folga, em represália à morte de um colega policial ocorrida horas antes.

Quase oito anos depois, no dia 20 de junho de 2023, a Justiça do Ceará deu início aos julgamentos. O primeiro júri ocorreu no Fórum Clóvis Beviláqua e durou seis dias. Os policiais Antônio José de Abreu Vidal Filho, Marcus Vinícius Sousa da Costa, Wellington Veras Chagas e Ideraldo Amâncio foram condenados por homicídios qualificados consumados e tentados, além de crimes de tortura física e mental. As penas somaram 1.103 anos e 8 meses de reclusão em regime fechado, com perda imediata do cargo público. Para as Mães do Curió, que acompanharam cada hora daquele julgamento, em vigília, em oração, em choro e em abraço, a condenação representou uma vitória que nenhuma delas tinha certeza que viria.

O segundo júri, iniciado em 29 de agosto de 2023 e com duração de mais de 97 horas, trouxe o reverso: oito réus foram absolvidos pelo Tribunal do Júri. O Ministério Público recorreu da decisão. A absolvição recolocou, de forma dolorosa, uma questão que as mães já conheciam bem: a justiça para corpos periféricos não é garantida, ela precisa ser conquistada, repetidamente, em cada instância, em cada recurso, em cada julgamento.

No terceiro júri, iniciado em 12 de setembro de 2023 e com duração de 54 horas, o policial José Oliveira do Nascimento foi condenado a 210 anos e 9 meses de reclusão. José Wagner Silva de Souza foi condenado a 13 anos e 5 meses por tortura física e mental, com perda do cargo após o trânsito em julgado. O caso de Antônio Carlos Matos Marçal foi desclassificado para crime militar e desmembrado para a Vara da Auditoria Militar. O processo seguia em curso com novos julgamentos previstos)³⁹

Para as mães, cada etapa desse julgamento não foi apenas um procedimento jurídico, foi uma disputa pelo reconhecimento de que seus filhos eram inocentes e de que o Estado é responsável por suas mortes. Elas estavam presentes em cada sessão, em cada recurso, em cada mobilização pública. São elas, em grande medida, a razão pela qual 29 policiais militares chegaram ao banco dos réus.

Nesse processo ocorreu também a vitória política das indenizações às famílias das vítimas da Chacina do Curió, que traz um debate que vai além do ressarcimento material. De acordo com Danyelle Nilin (2009), ao analisar os

³⁹ Ao término desta dissertação, o caso Curió contava com três júris realizados. Posteriormente, ocorreram quatro e o quinto julgamentos

processos reparativos no contexto da ditadura militar brasileira, aponta para o que denomina "o preço do passado", que representa a disputa entre o reconhecimento das vítimas e familiares e os limites da compensação financeira, que diante de uma perda é irreparável. Como apresentou Dona Maria de Jesus: "Não foi por causa de dinheiro, não". O que elas buscam antes de tudo é reparação simbólica e pública, o reconhecimento de que seus filhos eram inocentes, de que o Estado errou e de que não deve mais reproduzir esse tipo de conduta, para que não tenhamos outras mães chorando por seus filhos. Reparação, então, é também reconhecimento da memória e garantia de não repetição.

Figura 26 – Imagem do Júri do Curió



Fonte: Reprodução TJCE (2023).

Figura 27– Detalhes da Ação Penal



Fonte: Reprodução TJCE (2023).

5 SOU MÃE E DA PERIFERIA: INTERSECÇÕES NA LUTA

Por meio de pinceladas epistemológicas de Gezenira Silva (2015), Ingrid Leite (2018), Audre Lorde (2019), Lélia Gonzalez (1982), Luiza Bairros (1995), Marta Lamas (1986), Carla Akotirene (2018), Patricia Hill Collins (2017), Kimberlé Crenshaw (2004) e Angela Davis (2016), foram realizados diálogos importantes atravessados pelo feminismo negro, entre outras contribuições, para compreender melhor como essas relações estão imbricadas no sistema contemporâneo. Assim, busca-se trazer para o cerne das discussões antropológicas o debate sobre como a inter-relação dessas categorias impacta diretamente a identidade e a trajetória do movimento de mães.

A problemática desta discussão se insere numa perspectiva que tem por objetivo trazer o contexto histórico do movimento de mães e familiares vítimas do Terrorismo de Estado e relacioná-lo com as categorias da interseccionalidade. Adotamos aqui uma postura semelhante àquela tomada por Caio Portela (2022), ao argumentar que essas intersecções de gênero, raça, classe, geração e território, compreendidas como matizes de opressão, atuam articuladamente entre si (Portela, 2022). Assim, a perspectiva interseccional oferecida por diversas autoras do pensamento feminista negro constituiu-se como ferramenta útil para a compreensão do fenômeno analisado.

Nesse sentido, a presente pesquisa propôs-se a compreender essa realidade exposta, aprofundando quais imbricações atuam nos movimentos de mães e familiares, a partir das trajetórias desses movimentos de luta e de suas atuações nas lutas políticas sociais. Desse modo, objetivou trazer para a análise elementos fundamentais para o campo acadêmico e antropológico.

Juliana Farias escreveu uma dissertação em 2004 intitulada "Estratégias de visibilidade, política e movimentos sociais: reflexões sobre a luta de moradores das favelas cariocas contra a violência policial". A pesquisa descreve as maneiras pelas quais os moradores enfrentam a violência policial. A autora parte do pressuposto de que os moradores das favelas devem ter voz e poder de influência para mudar a realidade da violência policial, pois se trata de um problema estrutural que persiste mesmo com as mudanças nas políticas e nas instituições. Ela enfatiza que a organização comunitária e a criação de espaços para discussão e mobilização são

essenciais para a construção de uma política de segurança pública que respeite os direitos humanos dos moradores das favelas.

A autora também discute a importância da visibilidade para o movimento de moradores das favelas, apontando para a necessidade de tornar-se visível para a sociedade e para o Estado, de modo que suas demandas sejam atendidas. Farias (2004) destaca a importância das redes sociais e da mídia alternativa para a divulgação das ações do movimento e para a ampliação do debate sobre a violência policial nas favelas.

Em suma, a dissertação de Juliana Farias contribui para o debate sobre a violência policial nas favelas cariocas e sobre as estratégias adotadas pelos moradores dessas áreas para combatê-la. A autora destaca a importância da organização comunitária, da visibilidade e da criação de espaços de mobilização e debate para a construção de uma política de segurança pública mais justa e respeitosa aos direitos humanos.

Já em sua tese de doutorado intitulada "Governo de Mortes: uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro", Juliana Farias (2014) apresenta uma análise etnográfica da atuação do Estado nas favelas cariocas, buscando compreender como a gestão da população é conduzida a partir da lógica da violência e da morte. A autora investiga as práticas e os discursos dos agentes estatais, assim como as estratégias de resistência dos moradores das favelas. A tese propõe uma reflexão sobre as formas de controle social que se estabelecem nas favelas e seus impactos na vida cotidiana das populações locais.

A dissertação de mestrado de Fábio Araújo (2007), "Do luto à luta: a experiência das mães de Acari", tem como objetivo principal analisar a trajetória das Mães de Acari. A pesquisa buscou compreender como essas mulheres transformaram o luto em luta política, dando origem a um movimento social que denuncia a violência policial e reivindica justiça e reparação.

Em sua tese de doutorado, intitulada "Das Consequências da 'arte' macabra de fazer desaparecer corpos: violência, sofrimento e política entre familiares de vítimas de desaparecimento forçado", Araújo (2012) trata das consequências da prática de desaparecimento forçado de corpos no Brasil, em particular para os familiares das vítimas. Ele discute os impactos do desaparecimento forçado na vida dessas pessoas, como o sofrimento psicológico, a insegurança, o medo e a ausência de respostas por parte do Estado. O autor também analisa as estratégias

adotadas pelos familiares para lidar com essa situação, como a mobilização política, o uso da mídia e a busca por apoio de organizações da sociedade civil. Destaca, ainda, a importância da luta dos familiares por justiça e pelo direito de saber a verdade sobre o destino de seus entes queridos.

A obra de Carlos Nobre (1994), intitulada "Mães de Acari: uma história de luta contra a impunidade", retrata a trajetória dessas mães que iniciaram uma luta por justiça e por mudanças no sistema de segurança pública, buscando impedir que outras famílias passassem pelo mesmo sofrimento. Nobre acompanhou de perto o trabalho das Mães de Acari, registrando suas reuniões, manifestações, audiências públicas e outros momentos importantes dessa luta. O autor também apresenta relatos dos familiares das vítimas, que contam suas histórias pessoais e suas experiências de luto e luta. A obra é um importante registro da resistência das Mães de Acari, que se tornaram um símbolo da luta contra a violência policial e a impunidade no Brasil.

Dando sequência à revisão de literatura, a tese de doutorado de Roberto Efrem Filho (2017), intitulada "Mata-mata: reciprocidades constitutivas entre classe, gênero, sexualidade e território", analisa as relações de poder e a construção das identidades sociais no contexto da violência urbana em uma comunidade da periferia de São Paulo. O autor utiliza uma abordagem etnográfica para compreender as práticas e os discursos dos moradores da região em relação à violência, ao gênero, à sexualidade e à territorialidade. A tese propõe uma reflexão sobre as formas de resistência e de construção de identidades políticas por parte dos moradores em meio ao contexto violento e desigual da periferia brasileira.

A tese de doutorado de Letícia de Carvalho Mesquita Ferreira (2011), intitulada "Uma Etnografia para Muitas Ausências: o desaparecimento de pessoas como ocorrência policial e problema social", concentra-se no desaparecimento de pessoas como uma ocorrência policial e um problema social, buscando compreender como diferentes atores lidam com essa situação. Por meio de uma abordagem etnográfica, a autora analisa casos de desaparecimento de pessoas no Rio de Janeiro, investigando as relações entre as famílias das vítimas, a polícia e outras instituições envolvidas. A pesquisa contribui para a compreensão das dinâmicas sociais e políticas que envolvem o desaparecimento de pessoas e para a discussão sobre os direitos humanos e a justiça no Brasil.

Já a tese de doutorado de Joana D'Arc Fernandes Ferraz (2004), "A Chacina de Vigário Geral: a violência como princípio", analisa as estruturas políticas e sociais que permitiram essa violência policial e as consequências da chacina para a comunidade local e para o cenário político nacional. A tese destaca a importância de se pensar a violência policial não apenas como um problema de segurança pública, mas como um problema estrutural relacionado a questões de desigualdade social, exclusão e racismo.

A tese de Gezenira Rodrigues da Silva (2015), "O luto materno em narrativas de vida e de morte: uma abordagem sociológico-discursiva da perda", aborda o tema do luto materno a partir de narrativas de vida e de morte, utilizando uma abordagem sociológico-discursiva. A pesquisa investiga as experiências de mulheres que perderam filhos e como elas lidam com o processo de luto, buscando compreender como as narrativas dessas mulheres são construídas e como se relacionam com a cultura e com as normas sociais. A análise das narrativas revela a importância da religiosidade e da solidariedade entre mulheres que passam pela mesma situação, assim como a existência de uma pressão social para que as mães superem rapidamente o luto e retomem seus papéis sociais. A tese contribui para a compreensão do impacto social e emocional da perda de um filho na vida das mães e para a reflexão sobre a necessidade de se oferecer apoio e acolhimento a essas mulheres em sua jornada de luto.

A dissertação de Ricardo Moura Braga Cavalcante (2011), intitulada "Vidas breves: investigação acerca dos assassinatos de adolescentes em Fortaleza", examina a violência contra jovens na cidade de Fortaleza, com foco particular naqueles que foram assassinados. O objetivo do trabalho é traçar um perfil dos adolescentes assassinados na cidade e compreender os fatores que contribuem para sua morte precoce. O autor discute a literatura existente sobre a violência juvenil e os fatores sociais, econômicos e culturais que contribuem para sua perpetuação. Em seguida, apresenta uma análise detalhada de estatísticas relacionadas a homicídios de adolescentes em Fortaleza, demonstrando que eles são vítimas frequentes da violência.

A partir dessa análise, a dissertação incorpora entrevistas com pais, familiares e amigos de adolescentes assassinados, utilizadas para traçar um perfil das vítimas e obter uma compreensão mais aprofundada das circunstâncias em torno de suas mortes. O autor também dialoga com profissionais que trabalham com

juvens, como assistentes sociais e professores, para entender melhor as causas subjacentes da violência e as formas de combatê-la. A dissertação de Cavalcante examina ainda as políticas públicas existentes em Fortaleza relacionadas à violência juvenil e oferece sugestões de mudanças para reduzir o número de assassinatos de adolescentes na cidade.

Outro trabalho relevante é o de Ingrid Lorena da Silva Leite (2018), na dissertação "É Meu Direito de Mãe: Narrativas de mulheres integrantes do grupo de Mães do Sistema Socioeducativo de Fortaleza". Na pesquisa, a autora analisa narrativas de mulheres integrantes desse grupo, problematizando a forma como são vulnerabilizadas em relação a seus filhos que cumprem medidas socioeducativas e ao próprio sistema socioeducativo. O objetivo principal é compreender como essas mulheres constroem suas narrativas sobre a maternidade em meio às dificuldades impostas tanto pelo sistema quanto pelas circunstâncias em que se encontram. A análise interpretativa das narrativas gerou quatro categorias analíticas: "Mãe do socioeducando: relação marcada por incertezas e invisibilidade"; "A dor da separação: a busca pelo reencontro com o filho em conflito com a lei"; "A sobrecarga de ser mãe: estigma e responsabilização"; e "Resiliência e luta: a busca por direitos e melhores condições de vida".

A primeira categoria trata da relação das mães com o sistema socioeducativo, muitas vezes marcada por incertezas, desinformação, desrespeito e desconsideração pelos direitos dessas mulheres. Na segunda, evidencia-se a importância do reencontro com os filhos para essas mulheres, que lutam para manter o vínculo mesmo em situações adversas. Na terceira, a autora aborda o estigma que recai sobre elas e a sobrecarga de serem responsabilizadas pelo comportamento dos filhos. Na última categoria, Leite destaca a resiliência e a luta dessas mulheres, que buscam seus direitos e a melhoria das condições de vida para si e para seus filhos.

O trabalho de Leite (2018) é importante por trazer à tona a voz e a experiência dessas mulheres, que muitas vezes são invisibilizadas e desrespeitadas pelo sistema socioeducativo e pela sociedade em geral. Além disso, contribui para a reflexão sobre os direitos humanos e os direitos das mulheres, especialmente em contextos de vulnerabilidade e violação de direitos.

A dissertação de mestrado "Viúvas de Gangues: o universo interdito da violência urbana juvenil", de Camila Holanda Marinho (2004), tem como objetivo

investigar o universo das mulheres que perdem seus companheiros em decorrência da violência urbana juvenil no contexto das gangues. A autora buscou compreender como essas mulheres lidam com a morte do companheiro, como vivenciam o luto e como se inserem no mundo das gangues, ao mesmo tempo que enfrentam preconceitos e estigmas sociais. A pesquisa revela a complexidade desse universo, evidenciando a importância de compreender essa realidade para repensar políticas públicas e desenvolver estratégias de prevenção da violência e de apoio aos familiares das vítimas.

A dissertação de Débora Françolin Quintela (2017), intitulada "Maternidade e ativismo político: a luta de mães por democracia e justiça", aborda a relação entre maternidade e ativismo político, com foco especial na luta de mães por democracia e justiça. A autora investiga a trajetória de quatro mulheres que se envolveram em movimentos sociais após vivenciarem experiências traumáticas relacionadas a seus filhos, como a perda por homicídio ou o desaparecimento forçado. A pesquisa analisa como essas mulheres transformaram suas dores em ação política e como utilizam a maternidade como ferramenta para reivindicar justiça e transformação social.

No artigo de Adriana Vianna e Juliana Farias, intitulado "A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional" (2011), reflete-se sobre a luta das mães de jovens mortos em favelas do Rio de Janeiro. O texto analisa as estratégias que essas mulheres utilizam para denunciar a violência institucional e o desrespeito aos direitos humanos perpetrados pelo Estado e pelas forças policiais. As autoras destacam como essas mães, em meio à dor e ao sofrimento, tornam-se importantes agentes políticas na luta por justiça e mudanças sociais, bem como o impacto significativo de sua participação política em suas próprias vidas e na comunidade em que vivem.

Portanto, o ativismo do movimento de mães e familiares das vítimas do Terrorismo de Estado é oriundo de tensões que podem ser analisadas a partir de categorias como a morte, a dor, o sofrimento, o luto, a luta e a maternidade. Nesse viés, faz-se necessário fortalecer as imbricações com as relações intrínsecas de gênero, raça e classe. Nesse contexto, Silva (2015) afirma que a dor de perder um filho é gigantesca, que são laços e elos familiares dilacerados, "furtados pela morte", e que, após a perda, instala-se o luto, pois não há reversão do ocorrido. Já Leite (2018) mostra como as narrativas das mães de sua pesquisa evidenciam as

dificuldades de vivenciar uma maternidade solitária nas periferias, que ser mãe de jovem negro e pobre faz parte das "práticas de resistência cotidiana" e que essas mulheres organizam estratégias para garantir o "direito de ser mães". Assim, evidencia-se como a dor, o sofrimento, a morte e o lugar de mãe, preta, pobre e periférica organizam a linguagem da maternidade na luta por memória e justiça e disputam uma concepção de direitos perante o Estado brasileiro.

No texto "Usos da raiva: mulheres respondendo ao racismo", Audre Lorde (2019) pontua que as mulheres negras respondem ao racismo por meio da raiva, como método de enfrentamento da opressão, de empoderamento e de transformação social. Já em "Racismo e sexismo na cultura brasileira", Lélia Gonzalez (1984) reforça as dificuldades e o fardo das "Mães Pretas", que exercem a função materna e constituem uma série de valores para futuras gerações, como o pretuguês, mostrando o papel das mulheres negras na construção cultural da sociedade.

Luiza Bairros (1995), em "Nossos Feminismos Revisitados", realiza um percurso sobre os olhares dos feminismos, trazendo uma crítica à visão universalista sobre as mulheres, em especial à essencialização do lugar materno como aptidão natural das mães para o carinho e o cuidado, apresentando também as contradições dessa essencialização. Já Marta Lamas (1986), em "La Antropología feminista y la categoría género", revisa estudos sobre a comparação do feminino e do masculino em diversas culturas e como a construção dessa binaridade integra uma construção simbólica de dominação. Por fim, Carla Akotirene (2018), em seu capítulo "Vamos pensar direito: Interseccionalidade e as mulheres negras", afirma que o conceito de interseccionalidade constitui uma análise sobre a "interação estrutural em seus efeitos políticos e legais" (Akotirene, 2018, p. 73).

A partir de Marcelo Paixão (2003), é necessário perguntar: que maternidade é essa? Ser a mãe que perdeu seu filho assassinado pelo Estado não é apenas uma tragédia pessoal, mas uma posição desigual constituída pela intersecção de raça, classe, gênero e território. Essa maternidade é atravessada por uma vulnerabilidade que já existe antes da morte do filho. É a mãe que o criou ciente dos possíveis riscos, que ensinou o filho como sobreviver nas ruas, seja diante da abordagem policial, seja de outros enfrentamentos. É também a maternidade que precisa provar que seu filho era inocente.

Não podemos compreender as maternidades periféricas apenas como um destino biológico ou vocação natural, mas a partir de um olhar interseccional que vê essas mulheres como sujeitos e como coletividades que fortalecem a luta. Ser mãe do Curió é um lugar de resistência, de persistência, de fala social, de cobrança ao Estado, às instâncias jurídicas e à mídia. Existem diferenças entre elas, seja de raça, de religiosidade, de escolaridade ou de trajetória política. O que uniu essas mulheres foi a dor e a resistência, que não apagam suas diferenças, mas revelam uma maternidade interseccional. São mães plurais, unidas pela recusa comum ao esquecimento e à impunidade.

Desse modo, a interseccionalidade é uma ferramenta que auxilia na análise de como as mulheres negras vivenciam a discriminação e se encontram em situação de maior vulnerabilidade naquilo que Akotirene (2018) chama de "avenida das identidades", pois cada intersecção de gênero, raça, classe, origem, geração e território a que estiverem submetidas essas mulheres irá colidir com as "estruturas e fluxos modernos" existentes. A interseccionalidade nos permite perceber mecanismos contraditórios que se perpetuam nos movimentos sociais e que, muitas vezes, desconsideram as experiências interligadas de discriminação. Assim, a partir de uma abordagem interseccional, pode-se refletir sobre o quanto as mulheres negras estão sendo subalternizadas pelo Estado e também pelos movimentos políticos sociais.

Patricia Hill Collins (2017), em "Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment"⁴⁰, apresenta como a interseccionalidade transformou as reflexões sobre os contextos materiais, sociais e intelectuais. Essa obra contribuiu para o reconhecimento do papel do feminismo negro e do movimento social que pautou questões de raça, classe, gênero e sexualidade como instrumentos de intersecção do poder. Inicialmente tratadas de forma distinta, essas questões foram, ao longo do tempo e das lutas sociais, nomeadas e legitimadas pela academia como interseccionalidade, reconhecendo também sua contribuição nas "políticas emancipatórias contemporâneas".

A autora inicia reafirmando a relação do feminismo negro, nos Estados Unidos dos anos de 1960 e 1970, com a interseccionalidade, resultado do acúmulo

⁴⁰ Feminismo Negro, Interseccionalidade e Política Emancipatória, traduzida por Bianca Santana. v. 5, n. 1 (2017) 9a Edição: Revista Parágrafo: Janeiro-Junho de 2017. Disponível em: <http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559>. Acesso em: 10 abr. 2022.

de um projeto do feminismo negro nos movimentos sociais do século XX, evidenciando o papel das mulheres afro-americanas nesse processo. Collins (2017) contextualiza que o campo de estudos sobre raça, classe e gênero era oriundo dos movimentos sociais que contribuíram para as disputas acadêmicas; assim, a academia conseguiu fortalecer e conferir mais legitimidade a essas discussões. Nesse sentido, é fundamental pensar o movimento de mães e familiares como construtores dessas disputas contemporâneas para a consolidação de suas pautas e reivindicações (Silva, 2018).

Quem conceituou o termo interseccionalidade foi a feminista afro-americana Kimberlé Crenshaw que, em um artigo de 1991, identificou os limites das inter-relações estruturais e simbólicas no desenvolvimento da interseccionalidade como projeto de conhecimento, fortalecendo cada vez mais a importância desse conceito nas análises acadêmicas e conferindo maior embasamento às lutas sociais. Desse modo, ainda que nos dias de hoje muitas vezes se tente classificar os movimentos feministas como separatistas, nota-se a contribuição da atuação desses movimentos para o avanço das políticas emancipatórias, mesmo diante dos desafios da interseccionalidade. Portanto, na emancipação do conjunto da sociedade, principalmente no contexto político e epistêmico em que a academia reproduz a lógica neoliberal, qual seja, valorizar interesses individuais e privados em detrimento do bem público e da resolução dos problemas sociais, o papel do feminismo se dá na constituição do rompimento desse modelo civilizatório de opressão, sendo também uma das características do movimento de mães e familiares (Silva, 2018).

Quando passamos a Angela Davis (2016), feminista afro-americana, socialista, ex-integrante dos Panteras Negras e professora aposentada de História da Universidade da Califórnia, percebemos o quanto a luta das mulheres negras está interligada às lutas pela emancipação do povo. No livro *Woman, Race and Class*, a autora demonstra que é necessário compreender como a luta anticapitalista deve estar atrelada a categorias como raça, classe e gênero, por meio de perspectivas interseccionais, sem que haja hierarquias de opressão, mas sim o entendimento de que o sistema se utiliza da supremacia patriarcal, classista e racista para impor opressão (Silva, 2018).

A autora afirma ainda que o legado da escravatura fortaleceu a resistência das mulheres negras, as quais nunca foram dominadas. Se por um lado a supremacia patriarcal, classista e racista impõe opressão às mulheres negras, por

outro, apesar de terem sofrido nos trabalhos árduos e nos açoites dos colonos, elas criaram estratégias de proteção de suas famílias, além de terem lutado e se organizado contra a escravidão. São fartos os exemplos no texto de Davis (2016) que demonstram como mulheres negras, em unidade, foram capazes de modificar sua realidade, criar formas de resistência coletiva e libertar-se das opressões (Silva, 2018).

Por fim, essas autoras afro-latinas e afro-americanas contribuem para um olhar transversal sobre a realidade do mundo capitalista contemporâneo, utilizando com centralidade a perspectiva das relações de opressão de gênero, raça e classe (Silva, 2018). Logo, percebe-se que está intrínseca na construção do movimento de mães que perderam seus filhos pela violência letal a perspectiva interseccional de suas lutas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sempre fiquei muito apreensivo sobre como e o que escrever. Falar sobre as mães do Curió é também falar do lugar de filho. Participar das reuniões do movimento, segurar o choro diversas vezes para que minha presença não aumentasse o fardo emocional daquelas mulheres foi complexo. Com o amadurecimento acadêmico, fui entendendo que a emoção não compromete a análise, ela ajuda a situá-la. Ruth Behar (1996), em *The Vulnerable Observer*, argumenta que a vulnerabilidade do pesquisador faz parte da etnografia: ele pode se expor, se deixar afetar, trazer sua subjetividade para a escrita. Então, a partir da minha trajetória, escrevo também de um lugar que vivencia, de jovem negro periférico que poderia ter sido sujeito, e não autor, desta pesquisa.

Esse trabalho realiza uma análise do contexto histórico do ativismo político dos movimentos liderados por mães que perderam seus filhos vítimas da letalidade da ação policial e a perspectiva das Mães do Curió a partir da luta, da resistência e das trajetórias atravessadas nas relações de gênero, raça e classe. Por meio do resgate de memórias de algumas chacinas e ações coletivas do movimento, dialogando com as categorias interseccionais e seguindo as inspirações teórico-metodológicas, este trabalho consolida-se na revisão bibliográfica, na observação participante e no trabalho de campo através de entrevistas semiestruturadas. Por meio das narrativas dessas mães, que, segundo Suely Kofes (2001), são formas de contar histórias e experiências pessoais que envolvem o uso da linguagem e da imaginação, é possível construir e representar a identidade individual e coletiva, assim como transmitir e preservar a memória e a cultura de seu pertencimento.

Faz-se necessário ampliar os estudos sobre as percepções de mães e familiares vítimas de violência do Estado, a partir de uma visão interseccional da luta, resistência e trajetórias, contribuindo para o fortalecimento das reivindicações por memória, direitos e justiça. Optamos por essa metodologia por entender que o movimento social de mães que perderam seus filhos pela violência do Estado, sendo protagonizado por essas mulheres, fortalece as reinvenções das lutas políticas sociais, uma vez que elas atuam como vozes inovadoras na prática da organização política e nas lutas interseccionais. Possuem, a cada dia, mais força, organização e capacidade de mobilização de importantes segmentos sociais, por

conta da continuidade dos altos índices do Terrorismo de Estado, agregando mais mulheres e familiares após o extermínio, através dos sentimentos gerados pela dor, pela perda e pela revolta, ampliando a disputa política por visibilidade na luta por memória e justiça e consolidando-se, ainda mais, enquanto movimento político-social (Quintela, 2021).

O movimento possui como alicerce a luta por memória e justiça, demarcando seus lugares sociais para fortalecer as reivindicações, por conta de a força armada do Estado violar o direito de viver de seus filhos, majoritariamente jovens, pobres, negros e periféricos, sendo o mesmo lugar de diversas mães que carregam essas interseccionalidades. Esse ataque do Estado contra a vida dos seus filhos ocasiona um sentimento de revolta nas mulheres negras e periféricas, modificando o cenário político-social para suas pautas organizativas e trazendo importantes dimensões para a construção da transformação social.

As Mães do Curió reinventam a luta não apenas em termos organizativos, mas em termos epistemológicos: produzem novos saberes sobre o Estado, sobre a justiça, sobre a maternidade e sobre a resistência. Essa reinvenção é interseccional porque articula, de forma indissolúvel, gênero, raça, classe e território. Não é possível compreender sua luta removendo qualquer um desses fios. Como afirmou Angela Davis em conferência na UFBA (2017), "quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela, porque tudo é desestabilizado a partir da base da pirâmide social onde se encontram as mulheres negras". É exatamente isso que as Mães do Curió fazem, movimentam-se desde a base, e nesse movimento desestabilizam silêncios, cobram o Estado e reconstroem a política a partir da dor. De acordo com Ingrid Leite e Camila Marinho (2020), a fortaleza dessas mães é oriunda da "memória, da vida e do tempo presente como fenômenos construídos que dão sentido à luta" e é dessa fortaleza que nascem o livro *Onze*, os podcasts, o documentário, o sarau anual, a marcha, a reunião com o governador, o júri acompanhado. Cada um desses instrumentos é, ao mesmo tempo, denúncia, memória e pedagogia política. Elas ensinam a uma cidade inteira que o luto pode ser coletivo, que a raiva pode ser organizada e que a esperança não é ingenuidade, é resistência.

As práticas das Mães do Curió nos ensinam algo que os manuais de ciência política raramente capturam: a democracia não se faz apenas nas instituições, ela se refaz, constantemente, desde baixo, a partir das margens. Quando Dona Suderli

liga para a emissora de televisão na madrugada após a chacina para dizer que seu filho é inocente; quando Dona Sílvia confronta passageiros num ônibus que criminalizam as vítimas; quando Dona Edna transforma o luto em pesquisa e em bolsa para outras mães, estão, todas elas, exercendo uma forma de agência democrática que nenhuma lei criou e nenhum partido organizou. São formas de democracia participativa e contra hegemônica, no sentido que Boaventura de Sousa Santos (2002) propõe ao pensar os caminhos de uma democracia de alta intensidade: práticas que expandem o político para além dos seus espaços convencionais, que redefinem quem tem o direito de falar e de ser ouvido, que exigem do Estado a accountability que a lei promete mas raramente entrega. Essa dissertação é, também, um registro dessas práticas e, portanto, um ato político em si.

Perante essas reflexões, faz-se imprescindível ampliar os estudos sobre a perspectiva interseccional na luta, resistência e trajetória desses movimentos, em especial das Mães e Familiares do Curió, que, desde o cerne, se constituem enquanto renovação organizativa e se relacionam com olhares imbricados de gênero, raça e classe.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, S. Racismo, criminalidade violenta e justiça penal. **Estudos Históricos**, n. 18, 1996.
- AGAMBEN, G. **Homo Sacer: Sovereign Power and Bare Life**. S. University Press, 1998.
- AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALEXANDER, M. **A nova segregação: racismo e encarceramento em massa**. Tradução de Pedro Davoglio; Revisão técnica e notas Silvio Luiz de Almeida. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALVES, J. A. Necro-política racial: a produção espacial da morte na cidade de São Paulo. **Revista da ABPN**, Volume 1, n. 3, nov. 2010 - fev. 2011 - ISSN 2177-2770.
- ALVIN, R. Mães de Acari: uma história de luta contra a impunidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 03, n. 02, p. 577-578, 1995. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/ref/v03n02/v03n02a26.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2022.
- ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ARAÚJO, F. A. **Do luto à luta: a experiência das mães de Acari**. 2007. 141 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- ARAÚJO, F. **Das Consequências da “arte” macabra de fazer desaparecer corpos: violência, sofrimento e política entre familiares de vítima de desaparecimento forçado**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.
- ASSIS, P. M. de; BARROS, J. P. P. Grupos de mulheres, mães e familiares contra a violência: cartografia de suas movimentações na cidade de Fortaleza/Ceará. **Mnemosine**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 42-64, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/66382>. Acesso em: 03 maio 2023.
- Asociación Madres de Plaza de Mayo. **Historia de las Madres de Plaza de Mayo**. Coleção 20 Años de Lucha. Buenos Aires: Ediciones Asociación Madres de Plaza de Mayo, 1999.
- BAIROS, L. Nossos Feminismos Revisitados. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 3, nº 2, p. 458-463, 1995.

BATES, K. La mouvance des droits humains. *In*: SAILLANT, F.; TRUCHON, K. (Orgs). **Droits et cultures en mouvements**. Quebec: Presses de L'Université Laval, 2013, p. 27-39.

BEHAR, Ruth. **The Vulnerable Observer: Anthropology that Breaks Your Heart**. Boston: Beacon Press, 1996.

BERNARDINO-COSTA, J. A Prece de Frantz Fanon: Oh, meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona!. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, v. 16, p. 504-521, 2016.

BUENO, S.; LIMA, R. S. de. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021**. Brasília: FBSP, 2021.
Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>. Acesso em: 03 maio 2023.

CAVALCANTE, R. M. B. **Vidas breves: investigação acerca dos assassinatos de adolescentes em Fortaleza**. 2011. 145f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

CERQUEIRA, D.; BUENO, S. **Atlas da Violência 2019**. Rio de Janeiro: IPEA/FBSP, 2019. Disponível em:
<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>. Acesso em: 03 maio 2023.

CERQUEIRA, D.; BUENO, S. **Atlas da Violência 2021**. Rio de Janeiro: IPEA/FBSP, 2021. Disponível em:
<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/212/atlas-da-violencia-2021>. Acesso em: 03 maio 2023.

CÉSAIRE, A. Discurso sobre o Colonialismo. Prefácio de ANDRADE, Mário. Capítulo 1 e Capítulo 2. CÉSAIRE, Aimé. Discurso sobre o colonialismo. Prefácio de Mário de Andrade. **Cadernos Livres**, n. 15. 1978.

Coletivos Nigéria, Zóio e Voz e Vez das Comunidades (Direção e Produção). **ONZE: A maior chacina da história do Ceará**. Fortaleza: Coletivos Nigéria, Zóio e Voz e Vez das Comunidades, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2ZtebRZ>. Acesso em: 26 jun. 2023.

COLLINS, P. H. Feminismo Negro, Interseccionalidade e Política Emancipatória, **Revista Parágrafo**, v. 5, n. 1, janeiro-junho, 2017.

COSTA, S. H. M. de T. (org.) C875c Chacinas e policiamento: os casos de Belém e Complexo do Salgueiro [livro eletrônico] / Sofia Helena Monteiro de Toledo Costa (org.) – São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2024. 104 p. (**Cadernos Chacinas e a Politização das Mortes: estudos de caso**).

CRENSHAW, K. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília, v. 1, n. 1, p. 7-16, 2004.

CRENSHAW, K., Andrea J. Ritchie, Rachel Anspach, Rachel Gilmer e Luke Harris, **Say Her Name: Resisting Police Brutality Against Black Women**, (2015). Disponível em: https://scholarship.law.columbia.edu/faculty_scholarship/3226.

CRUZ, M. T. Mães na dor e na luta: as cearenses que buscam justiça pela Chacina do Curió. **Ponte Jornalismo**, São Paulo, 12 maio de 2019. Disponível em: <https://ponte.org/maes-na-dor-e-na-luta-as-cearenses-que-buscam-justica-pela-chacina-do-curio/>. Acesso em: 20 mar. 2022.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE OLIVEIRA SILVA, M. M.; RODRIGUES DA SILVA, V. R.; BARBOSA PORTELA, C. Mães contra violência policial: Relações de gênero, raça e classe. **Tensões Mundiais**, [S. l.], v. 19, n. 40, p. 145–166, 2023. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/8595>. Acesso em: 21 jul. 2024.

EFREM FILHO, R. 2017. **Mata-mata: reciprocidades constitutivas entre classe, gênero, sexualidade e território**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, alguns escritos sobre escrevivência. In: ALEXANDRE, Marcos A. (org.). **Representações performáticas brasileiras**. Belo Horizonte: Mazza, 2007.

FANON, F. Da violência. In: **Os Condenados da Terra**. Trad. De José Laurêncio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, pp. 23-74.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas** / Frantz Fanon; tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARIAS, J. **Estratégias de visibilidade, política e movimentos sociais: reflexões sobre a luta de moradores das favelas cariocas contra a violência policial**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. **Cadernos de Campo**, São Paulo, ano 14, n. 13, p. 155-161, 2005.

FEIRSTEIN, D. (comp.) (2009) **Terrorismo de Estado y genocídio en América Latina**. Buenos Aires, Prometeo/PNUD/EDUNTREF.

FERRAZ, J. D. F. **A Chacina de Vigário Geral: a violência como princípio**. 2004. 147 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

FERREIRA, L. de C. M. 2011. **Uma Etnografia para Muitas Ausências: o desaparecimento de pessoas como ocorrência policial e problema social**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRANCO, M. A emergência da vida para superar o anestesiamiento social frente à retirada de direitos: o momento pós-golpe pelo olhar de uma feminista negra e favelada. *In: BUENO, W. et al. (Orgs.). Tem saída? Ensaios críticos sobre o Brasil*. Porto Alegre: Editora Zouk, 2017. Disponível em: <https://www.cedefes.org.br/wp-content/uploads/2018/03/Capitulo-MarielleFranco.pdf>. Acesso em: 02 maio 2023.

GONÇALVES, Danyelle Nilin. **O preço do passado: anistia e reparação de perseguidos políticos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

GONZALEZ, L. A mulher negra na sociedade brasileira. *In: LUZ, Madel (org). O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 87-106.

GONZALEZ, L. Racismo e Sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Rio de Janeiro, p. 223-244, 1984.

HAMPATÉ BÂ, A. A tradição viva. *In: KI-ZERBO, Joseph (Ed.). História geral da África, Volume I: Metodologia e pré-história da África*. 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010, p. 167-212.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI, 2002.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOFES, S. **Uma história em narrativas**. Campinas: Mercado de Letras, 2001. 192 p.

LAMAS, M. La Antropología feminista y la categoría "género". **Nueva Antropología**, Distrito Federal México, v. VIII, n. 30, p. 173-198, novembro, 1986.

LEITE, I. L. da S. **"É Meu Direito De Mãe"**: Narrativas de mulheres integrantes do grupo de mães do sistema socioeducativo de Fortaleza. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018.

LEITE, I. L. da S.; MARINHO, Camila Holanda. Redes de resistência e esperança. Narrativas de mães do Ceará que lutam por reconhecimento, memória e amor. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 36, p. 343-362, set-dez, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2020.36.14.a>. Acesso em: 10 ago. 2022.

LEITE, M. As mães em movimento. *In: BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia (Orgs). Um Mural para a Dor: Movimentos Cívico-Religiosos por Justiça e Paz*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004, p. 141-190.

LEMKIN, R. Genocide. **American Scholar**, Vol. 15, no. 2 (April 1946), p. 227-230. Disponível em: jun.

<http://www.preventgenocide.org/lemkin/americanscholar1946.htm>. Acesso em: 26 de junho de 2023.

LORDE, A. **Irmã Outsider**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LUTZ, Catherine; ABU-LUGHOD, Lila (eds.). **Language and the Politics of Emotion**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

Mães do Curió *et al.* **ONZE: Movimento de Mães e Familiares do Curió com amor na luta por memória e justiça**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2021. 160 p.

MARINHO, C. H. **Viúvas de Gangues: o universo interdito da violência urbana juvenil**. Dissertação. (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC. 166 p. 2004.

MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, dez. 2016. Disponível em: <https://www.procomum.org/wp-content/uploads/2019/04/necropolitica.pdf>. Acesso em: 03 maio 2023.

MELFI, Theodore (dir.). **Estrelas além do tempo** [Hidden Figures]. EUA: 20th Century Fox, 2016. 127 min.

NOBRE, C. **Mães de Acari: uma história de luta contra a impunidade**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

NOGUEIRA, O. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. In *Tempo Social*, **revista de sociologia da USP**, v. 19, n. 1, pp. 287-308

PAIVA, L. F. S. Mortes na periferia: considerações sobre a chacina de 12 de novembro em Fortaleza. **O público e o privado**, v. 26, p. 269-281, 2015.

O'DONNELL, Guillermo. **Delegative Democracy**. *Journal of Democracy*, v. 5, n. 1, 1994.

PAIXÃO, Marcelo. **Desenvolvimento humano e relações raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PAIVA, L. F. S. **Contingências da violência em um território estigmatizado**. Campinas: Pontes, 2014.

PEREIRA, J. M. N. Colonialismo, racismo, descolonização. *In: Estudos Afro-Asiáticos* (CEAA-Conjunto Universitário Candido Mendes), n. 2, 1978. Rio de Janeiro.

PORTELA, C. **Identidades brasileiras: histórias de vida e relações étnico-raciais no Ministério Público Federal do Brasil**. 2022. 228 f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Antropologia, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

QUINTELA, D. F. **Maternidade e ativismo político: a luta de mães por democracia e justiça**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

QUINTELA, D. F. O movimento de mães contra a violência policial nas periferias brasileiras. **Sociedade e Estado**, v. 36, n. 3, p. 867–890, setembro-dezembro, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202136030002>. Acesso em: 03 maio 2023.

RAMOSE, Mogobe B. **African Philosophy through Ubuntu**. Harare: Mond Books, 1999, p. 49-66. Tradução para uso didático por Arnaldo Vasconcellos.

REZENDE, Claudia Barcellos; COELHO, Maria Claudia. **Antropologia das emoções**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. 136 p.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

RODRIGUES, V.; SILVA, M. L. da. O cotidiano da Covid-19 no olhar de mulheres negras cearenses. **Ponto Urbe** [Online], 27 | 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/9203>. Acesso em: 05 maio 2023.

ROJAS, C. S. **Entre o luto e a luta**: As “narrativas de sentido e sem sentido” dos familiares das vítimas dos casos conhecidos como “falsos positivos” na Colômbia. Dissertação (Mestrado em Antropologia e Culturas Visuais) - Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2020.

SAMPAIO, T. G. **Código oculto**: política criminal, processo de racialização e obstáculos à cidadania da população negra no Brasil. 2019. 118 f. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2019.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora / PISEAGRAMA, 2023. 112 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

SILVA, G. R. da. **O luto materno em narrativas de vida e de morte**: uma abordagem sociológico-discursiva da perda. 2015. 192 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

SILVA, M. M. de O. Colonialismo, Poder e Epistemologias do Sul: perspectivas decoloniais no Mestrado Associado em Antropologia UFC/UNILAB, p. 58-73. In: NUNES, Cícera. XIII Congresso Internacional Artefatos da Cultura Negra. Cícera Nunes. Crato-CE, 2022. **Anais**. licenciatura em Pedagogia da Universidade Regional do Cariri - URCA.

SILVA, M. M. de O. **O que está por trás da política genocida da juventude negra em Fortaleza?** 2018. 37 f. Projeto de pesquisa (Graduação) - Curso de Bacharelado em Humanidades. Instituto de Humanidades (IH), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/2795>. Acesso em: 03 maio 2023.

SILVA, M. M. de O.; RODRIGUES, V. Movimento de mães contra a violência policial: luta, resistência e trajetórias atravessadas nas relações de gênero, raça e classe. **Revista Multidisciplinar de Estudos Científicos em Saúde**, v. 1, n. 1, p. 63–67, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.24281/Imostracientifica2022.1.63-67>. Acesso em: 03 maio 2023.

SOUZA, A. E. de *et al.* (2015). Abordagem interdisciplinar: a compreensão do meio ambiente com o uso de diários de bordo como ferramenta pedagógica. *In: XII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO*. 2015, Curitiba. Abordagem interdisciplinar: a compreensão do meio ambiente com o uso de diários de bordo como ferramenta pedagógica. Curitiba.

VIANNA, A.; FARIAS, J. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 37, p. 79–116, 2011.

ZALUAR, AI. **Um século de favela**. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

ZARCO, A. (2011). **Maternalismo, identidad colectiva y participación política: las Madres de Plaza de Mayo**. *Revista Punto Género*, (1). doi:10.5354/2735-7473.2011.16883.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ E UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO
INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E INSTITUTO DE HUMANIDADES
PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

Roteiro para entrevista com as mães e familiares do Curió

Discente: Mario Magno de Oliveira Silva

FORTALEZA

2023

ROTEIRO DA ENTREVISTA

Será realizada entrevista com cinco das Mães e Familiares do Curió, as quais estão mais no dia a dia, na linha de frente do movimento, e que tenho mais proximidade. Começando com Maria Suderli Pereira de Lima, Edna Carla Souza Cavalcante, Sílvia Helena Pereira de Lima e Maria de Jesus da Silva.

1. Apresentação do entrevistador; Data; Local/Método; Duração;
2. Nome, Data de nascimento e Idade, Gênero, Cor-Raça/Etnia, origem social, nível de escolaridade, ocupação atual das entrevistadas;
3. Algumas perguntas-problema serão formuladas a partir das seguintes perspectivas: 1) trajetória, percursos e vivências de luta e ações por memória e justiça; e 2) a análise das suas narrativas a partir das categorias gênero, raça e classe.

1. Como você se vê?
2. Como a luta impactou a sua vida? Como é a sua história nessa luta?
3. O que é memória e justiça para você?
4. Qual a sua percepção sobre as relações de gênero?
- 4.1. Qual a sua percepção sobre as relações raciais?
- 4.2. Qual a sua percepção sobre as relações de classe?
5. Suas trajetórias possuem essas relações?
6. Quais os principais percalços que você passou nesses quase 8 anos?
7. O que faz você seguir a caminhada?

ANEXOS

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO E NITIDEZ DA PESQUISA

Título do Projeto de pesquisa: A Experiência de Resistência das Mães do Curió

Pesquisador Responsável: Mário Magno de Oliveira Silva

Nome da participante: _____

Data de nascimento: _____

Venho através deste solicitar a sua participação e autorização para utilizar os dados coletados através desta entrevista. Os mesmos serão utilizados para a elaboração de minha dissertação que realizo na UNILAB. Sua participação nesta pesquisa tem como objetivo fornecer subsídios sobre as percepções de Mães e Familiares do Curió, a partir de uma visão interseccional da luta e resistência e de suas trajetórias, contribuindo para o fortalecimento das reivindicações por memória, direitos e justiça. A entrevista será gravada e posteriormente transcrita.

Assinatura da participante
Representante do Movimento de Mães e Familiares do Curió

Mário Magno de Oliveira Silva
Mestrando em Antropologia UFC/UNILAB